

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**LETICIA NEIVA BARRETO**

**A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL: ENTRE VIOLÊNCIAS E  
RESISTÊNCIAS**

**FRANCA**

**2022**

**LETICIA NEIVA BARRETO**

**A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL: ENTRE VIOLÊNCIAS E  
RESISTÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Adriana Giaqueto Jacinto

**FRANCA**

**2022**

B273q	<p>Barreto, Leticia Neiva</p> <p>A questão étnico-racial no Brasil : entre violências e resistências / Leticia Neiva Barreto. – Franca, 2022</p> <p>63 p.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca</p> <p>Orientador: Adriana Giaqueto Jacinto</p> <p>1. Questão étnico-racial. 2. Comunidades quilombolas. 3. Serviço Social. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**LETICIA NEIVA BARRETO**

**A QUESTÃO ÉTNICO RACIAL NO BRASIL:  
ENTRE VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS**

**BANCA EXAMINADORA**

Orientadora: \_\_\_\_\_

Nome: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Giaqueto Jacinto  
Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

1<sup>a</sup> Examinador (a): \_\_\_\_\_

Nome: Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva  
Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

2<sup>a</sup> Examinador (a): \_\_\_\_\_

Nome: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nanci Soares  
Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Franca, 08 de dezembro de 2022.

Dedico este trabalho a todas as pessoas negras que lutaram e permanecem lutando pelo direito de existir.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha mãe Fátima e à minha tia mãe Bi, as pessoas mais amorosas do mundo, que me acolhem com afeto e me ensinam com carinho, que acreditam em mim, mesmo quando eu mesma duvido. Tenho muito de vocês comigo, muito da coragem, do medo, das qualidades e dos defeitos, mas seria muito pouco se vocês não estivessem aqui. Obrigada por serem vocês.

Agradeço às minhas tias Nete e Nilse que sempre se fizeram presentes na minha vida, sou eternamente grata por todo amor e carinho que recebo de vocês.

Ao meu pai Antonio Carlos, que sempre zelou por minha educação e pelos meus estudos.

Aos meus irmãos Felipe e Vinicius, por cada conselho, desavença e por todo amor.

Aos meus sobrinhos João e Lorenzo, que me mostraram o verdadeiro significado de afeto genuíno.

À minha prima Ana Júlia, por tanto afeto e companheirismo.

Às amigas Ágatha, Eduarda e Thais, que permaneceram de mãos dadas comigo desde o primeiro dia da graduação.

Ao meu namorado Lucas, por todo apoio, motivação e amor.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Giaqueto por toda paciência, apoio, compreensão e auxílio.

Por fim, agradeço a mim mesma por não ter desistido.

*“Enfim, reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o que ainda for útil e positivo no acervo do passado. Um futuro melhor para o negro tanto exige uma nova realidade em termos de pão, moradia, saúde, trabalho, como requer um outro clima moral e espiritual de respeito às componentes mais sensíveis da personalidade negra expressas em sua religião, cultura, história, costumes e outras formas.”*

(Abdias Nascimento)

## RESUMO

O presente estudo objetivou compreender a questão étnico-racial no Brasil. Para isso, recuperou-se o processo histórico da formação da sociedade brasileira e da ideologia racista, bem como a resistência negra através da rememoração da história das comunidades quilombolas e de suas simbologias. O trabalho abordou tanto as violências advindas da questão étnico-racial, forjada pelo colonialismo e pela escravização, quanto as lutas por ela suscitada. Além disso, buscou-se refletir sobre a relação do Serviço Social com o debate étnico-racial e com as comunidades quilombolas, visto que a profissão possui um projeto ético-político centrado na liberdade e na emancipação. O estudo foi fundamentado na metodologia histórico-dialética, tendo em vista o contexto histórico-social e suas contradições, a partir da pesquisa bibliográfica. Este trabalho não teve a pretensão de esgotar a temática, e sim suscitá-la.

**Palavras-chave:** Questão étnico-racial. Comunidades quilombolas. Serviço Social.

## **ABSTRACT**

This study aimed to understand the ethnic-racial issue in Brazil. For this, the historical process of the formation of Brazilian society and racist ideology was recovered, as well as black resistance through the remembrance of the history of quilombola communities and their symbologies. The work addressed both the violence arising from the ethnic-racial issue, forged by colonialism and enslavement, and the struggles raised by it. In addition, we sought to reflect on the relationship of Social Service with the ethnic-racial debate, and with the quilombola communities, since the profession has an ethical-political project centered on freedom and emancipation. The study was based on the historical-dialectical methodology, considering the historical-social context and its contradictions, based on bibliographical research. This work did not intend to exhaust the theme, but to raise it.

**Keywords:** Ethnic-racial issue. Quilombola communities. Social service.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> A Redenção de Cam.....	<b>24</b>
<b>Figura 2-</b> Operários .....	<b>26</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1-</b> Número de assassinatos de quilombolas por ano no período de 2008 a 2017 .....	<b>42</b>
<b>Gráfico 2-</b> Agentes violadores mapeados nas ocorrências de violações de direitos contra quilombos no ano de 2017.....	<b>44</b>
<b>Gráfico 3-</b> Conflitos mapeados nas ocorrências de violações de direitos contra quilombos no ano de 2017 .....	<b>45</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1- O BRASIL TEM UM QUÊ DE RACISMO: OS MEANDROS DA QUESTÃO ÉTNICO RACIAL.....</b>	<b>14</b>
1.1 Eixos fundantes da sociedade brasileira: a colonização e a escravização ...	15
1.2 O racismo e o seu caráter estrutural.....	22
1.3 O aparelho estatal e as classes dominantes.....	27
<b>CAPÍTULO 2- ENTRE A EXISTÊNCIA E A RESISTÊNCIA: AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL.....</b>	<b>31</b>
2.1 A história das comunidades quilombolas.....	32
2.2 Angola Janga, o quilombo dos Palmares.....	37
2.3 As comunidades remanescentes de quilombos no Brasil.....	40
<b>CAPÍTULO 3- E O SERVIÇO SOCIAL COM ISSO?.....</b>	<b>47</b>
2.1 A interseção entre a questão social, a questão racial e o Serviço Social .....	48
2.2 A dimensão educativa do Serviço Social em uma interlocução com as comunidades quilombolas .....	53
2.3 O compromisso ético-político do Serviço Social .....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo refletir acerca da questão étnico-racial na sociedade brasileira. Sob o prisma do materialismo histórico-dialético, buscou-se compreender a questão étnico-racial através da totalidade da realidade social, isto é, dos seus fatores históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, ainda que não fosse possível pautá-la em todos os seus pormenores. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, que se aproximou de autoras/es negras/os que produzem conhecimento a respeito dessa questão, como Abdias Nascimento, bell hooks<sup>1</sup> e Aimé Césaire.

O Brasil é fruto do empreendimento colonial. Da violência, da opressão, da escravização, do roubo, da imposição cultural, da desumanização, da segregação, da branquitude. O Brasil reverbera o empreendimento colonial. O Brasil é resultado da luta indígena e quilombola. Da resistência, da organização coletiva, do compartilhamento de saberes, do enfrentamento. O Brasil grita formas de ruptura com o sistema colonialista e capitalista.

Olhar para a história é se debruçar sobre as diferentes maneiras de se descrever e de se retratar uma conjuntura, podendo pautá-la através do relato da classe trabalhadora ou da burguesia, da resistência ou da passividade, da emancipação ou do controle. O discurso dominante opta por contar a história brasileira de forma a manter e fortalecer as estruturas de poder que o favorece, marginalizando aqueles que ousam contrariar a sua lógica de funcionamento.

Ser colocado à margem é não estar em um lugar seguro. É estar sujeito à intimidação, à perseguição, à expropriação, às violências, à desumanização, à negação de direitos, ao genocídio e ao racismo. Em contrapartida, é valorizar o conhecimento subjugado, é reivindicar para si o lugar de sujeito e o direito às subjetividades, é lutar, ter em vista a libertação de um sistema fincado em valores europeus, na supremacia branca, no cristianismo e na colonização.

Essa margem foi e continua sendo imposta às pessoas negras. Do quilombo

---

<sup>1</sup> A autora Gloria Jean Watkins, adota o pseudônimo bell hooks em letras minúsculas, em homenagem aos nomes da avó e da mãe, porque defende que as ideias são mais importantes que as normas acadêmicas e os títulos.

às favelas, do chicote à polícia, da inexistência de direitos à negação de direitos, da escravização ao empobrecimento. Mas nela sempre esteve contida práticas, organizações e saberes contra hegemônicos da população negra no enfrentamento da questão étnico-racial e de seus desdobramentos.

Para bell hooks (1992) o “olhar” é político. Durante o período de escravização, pessoas negras escravizadas foram impedidas de olhar, uma vez que esse gesto era visto como uma forma de confrontação e de enfrentamento àqueles que detinham o poder. Mas essas tentativas de impedimento fomentaram cada vez mais o anseio por um olhar opositor e crítico, que pudesse transformar a realidade.

É esse olhar que se faz presente nas comunidades quilombolas. Um olhar que valoriza a dimensão coletiva e que se organiza de modo contra-hegemônico, resistindo e lutando pelos seus direitos. As práticas de resistência se fizeram presente mesmo nos lugares onde houve exploração e desumanização.

Este trabalho parte das origens da questão étnico-racial para compreender como se deu a sua cristalização na sociedade brasileira, e também nas sociedades contemporâneas capitalistas. Além disso, volta-se para uma das formas de resistência oriundas desta temática, a luta quilombola, e para a relação do Serviço Social com o debate étnico-racial.

Este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro abordou o processo histórico da formação da sociedade brasileira, pautado no colonialismo, na escravização, na violência e na desumanização, que desdobraram a questão étnico-racial, disseminando-a por meio do racismo e além do aparelho estatal aliado às classes dominantes.

No segundo capítulo foi recuperada a história das comunidades quilombolas e de suas existências frente à questão étnico-racial, assim como a existência e resistência do Quilombo dos Palmares e das comunidades remanescentes de quilombos. Por fim, o último capítulo se propôs a debater o papel do Serviço Social frente à essa discussão, a partir da relação da questão social com o a questão étnico-racial, do debate da dimensão educativa junto às comunidades quilombolas e do compromisso ético-político da profissão.

## CAPÍTULO 1 – O BRASIL TEM UM QUÊ DE RACISMO: OS MEANDROS DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

Os ossos de nossos antepassados  
colhem as nossas perenes lágrimas  
pelos mortos de hoje.

Os olhos de nossos antepassados,  
negras estrelas tingidas de sangue,  
elevam-se das profundezas do tempo  
cuidando de nossa dolorida memória.

A terra está coberta de valas  
e a qualquer descuido da vida  
a morte é certa.  
A bala não erra o alvo, no escuro  
um corpo negro bambeia e dança.  
A certidão de óbito, os antigos sabem,  
veio lavrada desde os negreiros.  
(Conceição Evaristo)

A questão étnico-racial possui um caráter central nas sociedades contemporâneas, uma vez que é um eixo fundante das mesmas, que determina a configuração das estruturas de poder, sendo o motor das desigualdades, sobretudo as sociais. No Brasil, a questão étnico-racial irá se manifestar com diversas especificidades, devido à sua formação sócio-histórica, que tem como base o sistema colonial e escravista, práticas responsáveis por engendrar o racismo estrutural na sociedade brasileira.

A violência produzida no passado não desaparece simplesmente. “Não se pode enfiar uma faca num cabrito e depois dizer: agora vou retirar minha faca bem devagar, para que as coisas sejam fáceis e limpas, para que não haja sujeira. Sempre haverá sangue. (GYASI, 2017, p.145). Os séculos de atrocidades contra os povos indígenas e a população negra se manifestam no presente.

O racismo, os assassinatos de pessoas pertencentes à comunidades quilombolas e remanescentes de quilombos, a invasão de suas terras, a invalidação de seus saberes, o não acesso às políticas públicas e a exclusão social, são resultantes da forma como a questão étnico-racial estruturou a sociedade brasileira.

Encontraram-se mecanismos para a perpetuação da violência e da subalternização, reinventando os horrores e os abusos que fundaram o Brasil. A ideologia racista reelaborou as suas formas de discriminação, a repressão estatal ganhou novas feições, o genocídio da população negra passou a ser encoberto pela guerra às drogas, e não mais pelo discurso civilizatório.

A colonialidade se manifesta no imaginário brasileiro, reiterando as estruturas de poder com base em hierarquias raciais, culturais, territoriais, etc., por meio da naturalização das desigualdades. A modernização conservadora não repara o imobilismo social colocado às pessoas negras desde à colonização, pelo contrário, reafirma a desigualdade que faz do critério racial um instrumento de seleção. Isso significa que o racismo estrutural da sociedade brasileira e o aparelho estatal continuam a perpetuar o racismo e a discriminação.

### **1.1 Eixos fundantes da sociedade brasileira: a colonização e a escravização**

O sistema capitalista é, por si só, brutal. O seu desenvolvimento se deu através de um processo violento de expropriação de terras, de dominação e de invasão a territórios. Em outras palavras, o fomento do sistema capitalista é inerente à extorsão, ao massacre, ao roubo, à devastação e ao genocídio.

A partir do século XVI, o empreendimento colonial tornou-se um grande meio para o fortalecimento desse sistema incipiente, o mercantilismo, que corresponde à forma embrionária do capitalismo. Assim sendo, o processo de colonização teve como intuito a busca pelo enriquecimento de algumas nações, e não o estabelecimento de uma relação harmoniosa com outras sociedades e povos.

Isso se deu por meio de expedições marítimas que buscavam a expansão territorial, a acumulação de capitais e a consolidação do poder de determinados países, como França e Inglaterra, através da exploração de outros continentes, como a África e a América Latina.

O território a que hoje corresponde ao Brasil era ocupado por diferentes povos indígenas. Povos estes, que detinham organizações, línguas, culturas, religiões, hábitos e costumes diversos, mas, que partilhavam o respeito à terra e o convívio não predatório com a natureza, dimensões que foram ameaçadas com o empreendimento colonial.

A colonização promoveu massivamente o genocídio e o etnocídio dos povos indígenas, indiretamente e propositalmente. A presença dos portugueses e dos espanhóis levou aos indígenas uma série de doenças, ocasionando epidemias que ameaçaram a existência dessas populações. Além disso, os conflitos e as lutas, suscitados pela invasão europeia ao território, promoveram o assassinato de muitos povos indígenas, exterminando diferentes sociedades e apagando suas línguas, culturas e crenças.

O colonialismo não consistiu em ações civilizatórias e missionárias, mas em um processo intensivo de extermínio e de destruição de sociedades que ocupavam os locais almejados para a expansão do domínio territorial, político e econômico das nações ocidentais,

Ouço a tempestade. Falam-me de progresso, das “realizações, das doenças curadas e dos níveis de vida elevados além de si mesmos. Mas eu falo de sociedades esvaziadas de si mesmas, culturas pisoteadas, instituições solapadas, terras confiscadas, religiões assassinadas, magnificências destruídas, possibilidades extraordinárias suprimidas [...]

Dão-me a visão total da tonelagem de algodão ou cacau exportado, acres de oliveiras ou videiras plantadas.

Mas eu falo de economias naturais, economias harmoniosas e viáveis, economias na medida do homem indígena que foram desorganizadas, culturas alimentares destruídas, subnutrição instalada, desenvolvimento agrícola orientado para o benefício único das metrossessexuais, roubo de produtos, roubo de matérias-primas. (CÉSAIRE, 1995, p.24-25)

Desse modo, não é possível conceber a colonização enquanto sinônimo de progresso e de religiosidade, na medida em que promoveu o aniquilamento e a destruição de outras formas de sociabilidade, através de um processo agressivo e feroz de desmantelamento de modos de vida, da imposição cultural, religiosa e valorativa, do ataque ao conhecimento tradicional e do asselvajamento de identidades.

O olhar europeu legitimou as ações de violência contra os povos indígenas e, posteriormente, as pessoas negras africanas. A alteridade passou a basear-se na noção de raça a fim de pautar as diferenças entre os seres humanos, a partir de características biológicas e étnico-culturais, para utilizá-las como instrumentos de hierarquização. Assim, à medida em que se define o outro também define a si mesmo,

surgindo a identidade como ato político, uma construção social que está sujeita às dinâmicas sociais.

Dessa maneira, no momento em que os colonizadores colocam outras sociedades, como as indígenas, na posição de subalternidade, dotadas de desorganização e de selvageria, concomitantemente, atrelam a civilidade, o progresso e o conhecimento a si próprios. Portanto, caberiam às nações colonizadoras o encargo de civilizar os povos presentes nos territórios que invadiam, levando a ciência e a razão para aqueles que careceriam delas.

Em outros termos, o que se estabeleceu foi uma classificação entre os seres humanos. Buscou-se elencar diferentes sociedades e etnias, estabelecendo posições de superioridade e de inferioridade para desumanizar os povos não europeus, invalidando suas religiões e os seus saberes, como se estes não possuíssem espiritualidade, intelectualidade, conhecimentos e técnicas.

Com isso, conduziu-se um discurso para a escravização dos povos indígenas e africanos, sob o prisma de que a verdadeira civilização estaria centrada no trabalho e na lógica mercantilista. Isto quer dizer, que para a expropriação das riquezas do território brasileiro e, conseqüentemente, para acumulação primitiva do capital de países como Portugal e Espanha, foi necessário a criação de um sistema classificatório baseado na noção de raça para explorar outros povos.

O colonialismo está, então, imbricado em um processo de coisificação, no ato de objetificar tanto território, quanto as pessoas que nele vivem, utilizando-os como um meio para garantir os benefícios e os interesses das nações que se dizem superiores. Neste contexto, insere-se a escravização, para forçar o outro a tornar-se um instrumento, reduzindo-o à condição de um ser semovente.

O escravismo ansiou por animalizar alguns seres humanos, com base nas características biológicas e étnico-culturais, para torná-los propriedades de outrem, ou seja, aparelhos de produção que gerassem lucro para a Coroa Portuguesa. Neste aspecto, a figura do senhor de engenho é fundamental para compreender o regime colonialista e escravocrata que formou a sociedade brasileira.

Esta classe senhorial, branca e europeia, incumbida de se apoderar do território brasileiro ocupava uma posição subalterna em relação à Coroa, gerando riquezas que eram apropriadas pela mesma. Porém, ao mesmo tempo em que eram controlados

pela Coroa, exerciam uma participação fundamental para manutenção desse sistema, por meio da expropriação de terras e da exploração das pessoas escravizadas.

No Brasil, a escravização não era empregada exclusivamente por questões econômicas, mas, também, sociais. Sujeitar alguém às suas vontades despertava uma sensação de superioridade, de poder e de hierarquia, suscitando a posição de autoridade por intermédio do controle e do domínio.

Dessa forma, o escravismo impôs o uso da força e de mecanismos brutais para afastar os povos indígenas e africanos de sua humanidade. Inicialmente, utilizou-se forçadamente a mão-de-obra indígena, mas depois a substituíram, uma vez que, tornou-se lucrativo explorar os povos africanos vide o rentável comércio do tráfico negreiro.

O tráfico negreiro foi uma prática violenta que retirou milhares de pessoas negras do continente africano, sequestrando-as de suas terras, de suas famílias e de suas etnias para torná-las escravas em um local desconhecido, ou seja, em um outro continente dominado pela colonização. Nesse sentido, a liberdade e a humanidade foram suprimidas para transfigurar as pessoas negras africanas em seres semoventes cativos.

Nascimento (2016) aponta para a dificuldade de se estimar a quantidade de pessoas africanas que foram trazidas forçadamente para o Brasil, devido a destruição de documentos a respeito do tráfico negreiro. Todavia, considera-se um número superior a 4 milhões de pessoas, sem contar os milhares de africanos que tiveram suas vidas ceifadas durante o tráfico transatlântico.

Logo, o que se teve por quase quatrocentos anos foi um processo inumano e cruel de exploração. A escravização dos povos africanos sustentou a colonização do território brasileiro, manchando a história deste lugar com o sangue, as lágrimas e o sofrimento desses povos através do uso sistemático da violência, do castigo, da punição e da desumanização, isto é:

O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da sociedade branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se auto-

agradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal.  
(NASCIMENTO, 2016, p.59)

Portanto, a maioria das sociedades contemporâneas se fortaleceram com o empreendimento colonial, explorando povos e territórios para a obtenção de lucro e a consolidação do poder. A economia brasileira foi estruturada pela exploração da existência negra, os ciclos de proveito econômicos, como o pau-brasil, a cana-de-açúcar, o ouro, e o café sempre estiveram atrelados à escravização. As/os escravizadas/os geraram riquezas apropriadas por uma minoria branca, ou seja, por uma classe dirigente parasitária.

O sistema escravocrata não foi construído com benignidade e humanidade, pelo contrário, foi a brutalidade quem caminhou de mãos dadas com esta ordem social, acompanhada por torturas e assassinatos, pelo excesso de trabalho, pelo etnocídio, pela catequização e pelas mais diversas faces da violência. Não há benevolência onde existe exploração e hierarquização.

Além do aspecto racial, o gênero era um fator preponderante no que diz respeito à forma como o uso da força e do poder se manifestariam às pessoas escravizadas, a exploração sexual das mulheres africanas foi uma forma brutal de violação, hipersexualização e de objetificação de suas existências, que desvela o caráter histórico da violência de gênero contra as mulheres, no Brasil.

A colonização e a escravização consistiram, assim, em uma tentativa de sujeição das existências negras e indígenas aos senhores de escravos, contudo, essas pessoas nunca foram passivas. Apesar do sistema ansiar por suas submissões, a luta e a resistência sempre se fizeram presentes, as revoltas das/os escravizados desgastaram violentamente o sistema colonial e escravista, reivindicando a liberdade e desafiando a ordem vigente. Toma-se como exemplo a Revolta dos Alfaiates (1798-1799), a Revolução Haitiana (1791-1804) e a Revolta dos Malês (1835).

Isto quer dizer que os povos indígenas e africanos escravizados não foram objetos da história, mas sujeitos políticos que não se desvincularam de suas identidades, ainda que fossem violentamente explorados. As fugas, os quilombos, as famílias, os afetos, as religiões, o batuque, o suicídio, as sabotagens, e o aprendizado foram algumas, das inúmeras formas, de resistência do povo negro durante o regime

escravocrata, que foi sendo gradualmente corroído por desgastes econômicos, políticos e psicológicos, como coloca Moura (2019).

As fugas de pessoas escravizadas representavam uma grande perda econômica para os senhores, uma vez que a não presença dos mesmos refletiam em um prejuízo para os senhores, que perdiam os “seus aparelhos de produção geradores de lucro”, além de despenderem de grandes quantias na procura e nas capturas das/os escravizadas/os.

As formações das comunidades quilombolas estampavam uma ameaça política à ordem social vigente, pois evidenciavam a possibilidade de outra forma de sociabilidade, uma que não estava centrada na escravização, mas na dimensão cooperativa. A própria religião foi uma forma de resistência ideológica, social e cultural, que foi constantemente atacada. Nesse sentido, a Igreja Católica foi um aparelho repressivo que pretendia, por meio da catequização e do catolicismo, desmembrar os povos indígenas e africanos de suas identidades. Desse modo, a pia do batismo representava uma investida contra a humanidade, buscando desvincular essas pessoas de seus nomes, de suas religiões, de suas línguas e de suas culturas.

A insurgência e a rebeldia negra, nas suas mais diversas manifestações, gradativamente deterioraram o sistema. As revoltas no interior do regime colonialista e escravista, somadas à Revolução Haitiana causaram pânico e temor na classe senhorial. A experiência haitiana reverberou-se em outras colônias:

A partir dela, o medo negro espalhou-se por toda a América Latina e influenciou todo o processo de independência das principais colônias latino-americanas. Nesse contexto, as elites coloniais, assombradas pelo exemplo que vinha das Antilhas, tomaram para si a responsabilidade de conduzir as colônias à independência, fazendo com que esse processo excluísse as camadas sociais subalternas e ocorresse dentro de uma margem de segurança que não viesse a oferecer riscos de profundas transformações na rígida hierarquia social vigente. (FONTELLA; MEDEIROS, 2007, p.69)

Logo, o “fim” institucional do sistema escravocrata foi uma forma de conter aquilo que pudesse comprometer a ordem social. A abolição da escravatura não partiu da generosidade da princesa Isabel, nem da classe senhorial, e sim da rebeldia negra, aliada à eclosão do capitalismo competitivo, fomentado durante a colonização, que necessitava do trabalho assalariado.

O Brasil foi o último país a se desvencilhar, formalmente, do regime escravista, uma vez que a classe dirigente se beneficiava diretamente da escravização, postergando a abolição deste sistema. “Assim, nossos legisladores criaram medidas tímidas e condicionais de libertação de escravos, gerando algumas aberrações sociais: pessoas que não eram escravas, mas que também não eram plenamente livres.” (NUNES, 2018, p.74)

Assim dizendo, no interior dos mecanismos legais, estabelecidos para coibirem a escravização, havia brechas que a mantinham. A aprovação da Lei Eusébio de Queirós (nº 581/1850), suscitada pela pressão inglesa, determinou a proibição do tráfico transatlântico de escravizadas/os para o Brasil, conquanto, o tráfico interprovincial permaneceu no país.

No mesmo sentido, apesar da Lei do Ventre Livre (nº 2.040/1871) determinar que as/os filhas/os das mulheres escravizadas nascidas/os a partir de 1871, seriam livres, a tutelas das crianças permaneceriam sob o domínio do senhor de escravos. A Lei dos Sexagenários (nº 3.270/1885), estabeleceu que as/os escravizados com 60 anos, ou mais, fossem libertos, todavia, somente uma minoria da população escravizada atingia essa idade.

Portanto,

Não passava, a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis sem lhes conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. Em 1888, se repetiria o mesmo ato “liberador” que a história do Brasil registra com o nome de Abolição ou Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, da multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres”. Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o Estado e a igreja. (NASCIMENTO, 2016, p.79)

Nesse sentido, a promulgação da Lei Áurea (nº 3.353), em 13 de maio de 1888, determinou oficialmente o fim da escravização no Brasil e, ao mesmo tempo, atirou as/os negras/os para às margens da sociedade. Isso se deve, principalmente, ao racismo estrutural e à inexistência de políticas sociais e de instrumentos de justiça social, o que acaba por segregar as pessoas negras da equidade social.

## 1.2 O racismo e o seu caráter estrutural

Não há um consenso a respeito da origem do termo raça, no entanto, acredita-se que o seu significado sempre esteve relacionado à classificação e à categorização, inicialmente entre animais e plantas, e, posteriormente entre os seres humanos. É somente com a Modernidade, a partir do século XVI, que o conceito raça passa a ser utilizado para categorizar os seres humanos.

A noção de raça é, então, essencialmente relacional e histórica, e, conseqüentemente política, como assim coloca Silvio Almeida (2019). Nesse sentido, não pode ser considerada natural, uma vez que está ligada à formação sócio-histórica, política e econômica das sociedades contemporâneas. Sociedades essas, que encontraram no colonialismo, ou seja, na expropriação, um meio para germinar o capitalismo nascente através da acumulação de capitais.

Para tal propósito, passou-se a utilizar o termo raça a fim de criar diferenciações entre os seres humanos, a partir de características biológicas e étnico-culturais, que justificassem a exploração de determinados povos e a violência sistêmica que a eles seriam destinados. Desse modo, se estabelecem discursos a respeito de quem seriam as pessoas civilizadas (brancas e europeias) e as selvagens (indígenas, asiáticos e africanos), as moralmente corretas e as imorais, as religiosas e as pagãs, as superiores e as inferiores.

Reforça-se essa perspectiva com a ideologia nacionalista, que cria uma identidade comum a partir do território e dos elementos culturais, como a bandeira, a língua e os costumes. À vista disso, aqueles que não fazem parte dessa unidade-nacional, ou que representam uma ameaça a ela, devem ser derrotados, exterminados ou controlados.

Segundo Silvio Almeida (2019, p.32):

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Desse modo, a ideologia racista advém da hierarquização entre os seres humanos pautada na noção de raça, utilizada para o emprego do colonialismo e da escravização. De acordo com Almeida (2019), o movimento Iluminista, presente na Europa durante o século XVIII, marcado pela centralidade da filosofia e da racionalidade, bem como a corrente positivista, no século XIX, corroboraram para a ratificação do racismo nas sociedades, através da crença no progresso e na ciência. Com isso, inicia-se um processo de conduzir a civilização para os locais em que ela não existia e de cientificar a raça, noção que é essencialmente social e política.

A partir de então, surgem teorias para amparar a ideia de que existiram raças superiores e inferiores, devendo às últimas se sujeitarem às primeiras. Uma delas foi o darwinismo social, que partia do pressuposto de que a desigualdade era um dado da natureza, desse modo, haveria raças superiores e inferiores, “as evoluídas e as atrasadas”. Sob uma ótica similar, a teoria eugenista defendia a seleção entre os seres humanos com base na genética, é, inclusive, esse pensamento que irá fundamentar o nazismo e a defesa da raça ariana.

No Brasil, figuras como João Baptista de Lacerda, Nina Rodrigues e Arthur Ramos construíram um pensamento voltado para a inferiorização da pessoa negra e a defesa do branqueamento da raça. Assim dizendo, para além do sistema escravocrata, que subalternizava as/os negras/os, criou-se um aparato científico que reafirmava e perpetuava a desigualdade racial:

O país obtivera em 1822 uma independência apenas formal, permanecendo sua economia, sua mentalidade e cultura, dependentes e colonizadas. Gravítávamos espiritualmente em torno da metrópole, a Europa, obrigatório ponto de referência, sobretudo no que se referia às ideias, padrões de julgamento estético, e atividades científicas de qualquer ramo. Foi natural que de lá chegassem ao Brasil os conceitos racistas do ideal ariano. (NASCIMENTO, 2016, p. 82)

Com a abolição do sistema escravista em 1888, acarretada pelas lutas das pessoas negras e pela pressão da Inglaterra para que o Brasil incorporasse o trabalho assalariado, surgiram ideologias de escamoteamento da realidade social para negação do passado escravista e a exclusão das/os negras/os da sociedade, agora capitalista.

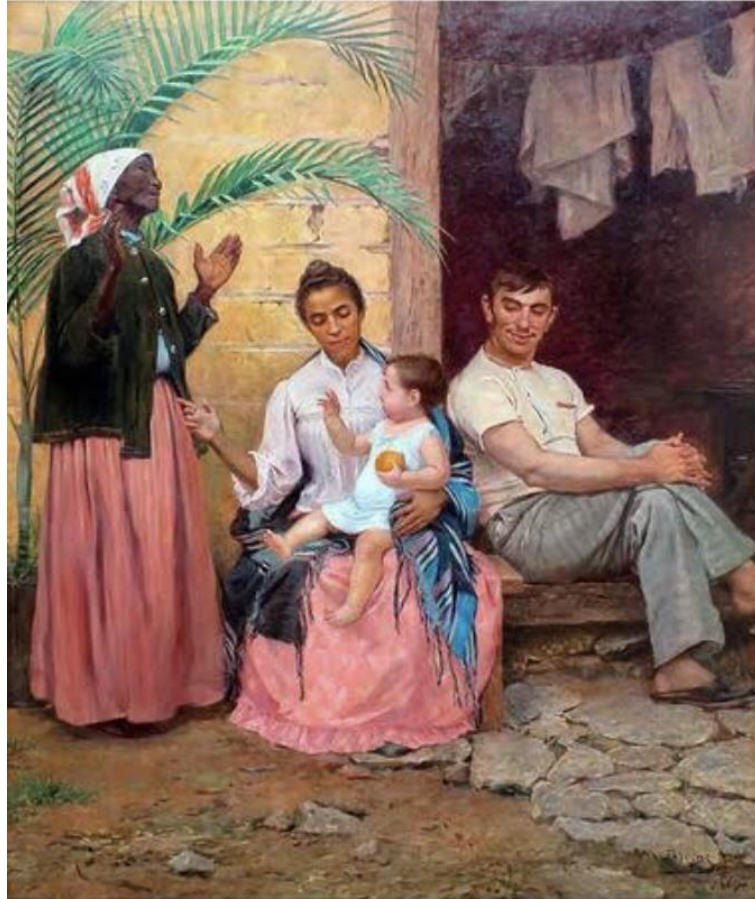
O conceito de democracia racial ganha tônica para os cientistas sociais da época, negando a existência do racismo e afirmando a plena igualdade entre a população. Assim sendo, o Brasil seria um paraíso racial e a imobilização social posta sobre as/os africanas/os e seus descendentes teria sido ocasionada por eles próprios, uma vez que em uma sociedade de suposta igualdade racial todas/os possuem as mesmas oportunidades.

Essa tentativa de apagar o passado, também se estendia ao presente. Para as classes dirigentes, as/os negras/os não cabiam na sociedade capitalista, por conseguinte, adotou-se uma nova tática genocida: o branqueamento. O “novo” Brasil teria de ser branco, precisava deixar para trás a marca da inferioridade da nação, ou seja, as pessoas negras.

Iniciou-se, então, uma série de políticas imigratórias que buscavam o branqueamento da população brasileira por meio da eliminação das pessoas negras, e, também indígenas. Em outros termos, esperava-se o desaparecimento gradual da população negra, com a limitação do seu crescimento. De acordo com Nascimento (2016, p.87) “[...] João Batista de Lacerda, único delegado latino-americano ao Primeiro Congresso Universal de Raças, realizado em Londres em 1911, previa que, até o ano de 2012, o Brasil estaria livre do negro e de seu mestiço [...]”.

O pensamento social da época manifestou-se também na arte, na literatura, na música e na produção cultural como um todo, tal qual demonstra o seguinte retrato:

Figura 1- A redenção de Cam (1895)



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira.

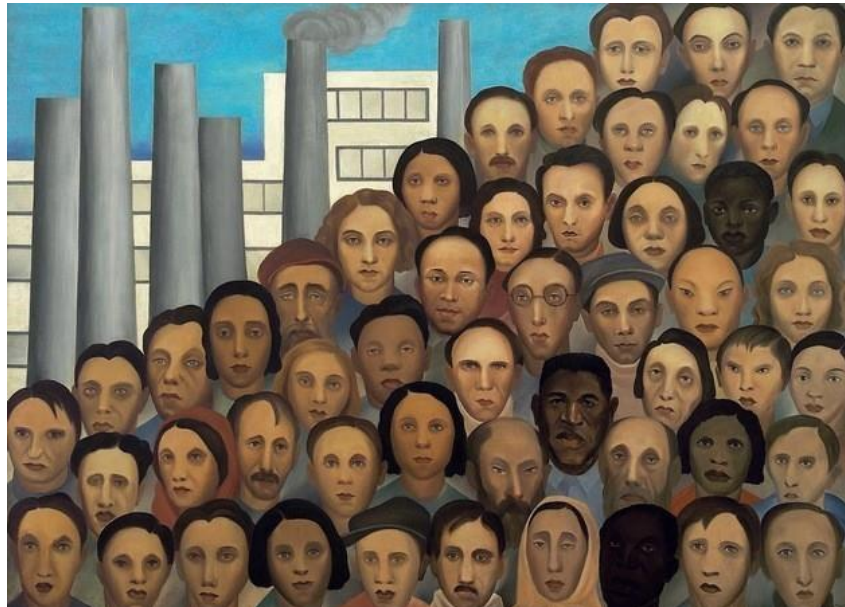
A tela de Modesto Brocos, de 1895, faz alusão à passagem bíblica Gênesis 9, “nessa passagem, Cam expõe a nudez de seu pai, Noé, aos irmãos Sem e Iafet e, por isso, é condenado pelo patriarca, juntamente com seu filho Canaã, a ser escravo daqueles últimos (LOTIERZO; SCHWARCZ, 2013, p.7). Portanto, se a maldição estava atrelada à escravidão, a redenção da sociedade brasileira se daria com o extermínio daqueles que lembravam o passado escravocrata, através do branqueamento das raças. Nesse sentido, a imagem retrata a miscigenação como motivo de comemoração e de agradecimento.

Sob o pretexto de uma mão de obra mais qualificada, o governo financiou a vinda de imigrantes europeus, que também foram vítimas da exploração e de condições precárias de vida. Todavia, havia uma diferença principal entre aquele que foi escravizado e o imigrante que vendia sua força de trabalho, o último tinha sua humanidade reconhecida, era visto enquanto ser. Logo, podiam estar com as suas famílias, tinham acesso à créditos e à elementos de necessidades basilares.

Porém, o que se pretendia era o embranquecimento da população brasileira. Para tanto, incutiu-se o estereótipo de que o branco seria o trabalhador ideal, enquanto o negro seria indisciplinado ou ocioso. Desse modo, as pessoas negras foram marginalizadas, a elas restavam ocupar os trabalhos rejeitados pelos brancos, que, em sua maioria, eram informais e braçais. Ao mesmo tempo em que políticas imigratórias visavam o embranquecimento, elas foram uma estratégia de imobilismo social da população negra, restringindo o seu acesso ao mercado de trabalho.

A pintura de Tarsila do Amaral, exprime esse cenário:

Figura 2- Operários (1933)



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira.

A obra, criada em 1933, retrata as/os trabalhadoras/es no período de industrialização brasileira. Na figura, esta classe operária é composta, majoritariamente por homens brancos, e, minoritariamente por pessoas negras, uma vez que estavam ocupando as vagas de subempregos, reflexo da política imigratória e da ideologia racista. Nas indústrias, havia uma preferência pela contratação do trabalhador europeu, em detrimento da/o negra/o.

Este racismo contra as pessoas negras, advém do caráter estrutural do racismo, que denota o próprio modo com que as sociedades contemporâneas foram construídas, sendo pautadas pelo colonialismo e pela escravização, por meio da

distinção racial entre os seres humanos. Apesar de ser incessantemente produzida no passado, a ideologia racista continuará ser reproduzida, visto que possui aperversa capacidade de se atualizar, propagando-se através dos meios de comunicação, da arte, da mídia, das instituições, etc.

Desse modo, as crenças e os mecanismos de superioridade branca vão se reafirmar, a segregação racial se manifestará na forma de favelas e do não acesso à cidade, as subjetividades serão atacadas, a repressão estatal atingirá as/os negras/os empobrecidas/os. O extermínio da população negra permanecerá sob a feição da guerra às drogas e das balas “perdidas” financiadas pela necropolítica estatal.

A falta de pessoas negras em certos espaços, a violência policial, a discriminação por parte das instituições, o encarceramento em massa, o não acesso ao mercado de trabalho e o alto nível de informalidade são formas de discriminação violentas que revelam como o racismo perpassa as relações sociais, adentrando às instituições. Logo, se as instituições sociais reproduzem o racismo é porque ele faz parte da própria ordem social que é sustentada pelo aparelho estatal.

### **1.3 O aparelho estatal e as classes dominantes**

Os Estados modernos foram forjados pela colonização, pela escravização e, por consequência, pelo racismo, estando sujeitos às dinâmicas sociais. Logo, não são um elemento neutro, possuem uma autonomia relativa. Em outros termos, a classe dominante que irá ocupar Estado também fará dele um instrumento de dominação, de perpetuação do racismo e de práticas discriminatórias.

O Estado consiste, assim, em uma relação material de força. O seu surgimento se deve ao desenvolvimento do sistema capitalista, sendo um aparato que tem por finalidade a garantia da propriedade privada e da liberdade individual, eixos centrais para o funcionamento desse sistema. Dessa forma, o Estado tem como principal incumbência, assegurar a manutenção da ordem social vigente.

Durante o período colonial, a classe senhorial ocupou o poder, ainda que em uma posição de subordinação à Coroa Portuguesa. Nesse sentido, o aparato legal estava organizado de modo a garantir os seus interesses, ou seja, criavam-se leis benéficas a essa classe dominante, que ansiavam pela escravização dos povos indígenas e africanos, e pela expropriação de terras.

O sociólogo Florestan Fernandes (1976) aponta que o aparecimento da burguesia no Brasil ocorrerá tardiamente, distintamente dos modelos europeus. Esta burguesia embrionária emerge como uma categoria especializada, na figura do agente artesanal, do negociante, e da própria aristocracia agrária, desenvolvendo-se a partir da Independência, devido às condições históricas, sociais e políticas da época. Apesar de ser constituída por diferentes grupos, essa classe incipiente compartilhava algumas opiniões, como a defesa de mecanismos brutais de violência para a sujeição e o controle da pessoa escravizada, por meio da dominação senhorial e do patrimonialismo.

A maior parte dessa burguesia incipiente, fez parte de movimentos antiescravagistas com o propósito de suscitar a ordem competitiva, e não de defender a emancipação das/os escravizadas/os. Dessa maneira, tinha-se como intuito utilizar o movimento antiescravagista como um instrumento para atender os próprios interesses:

Não se pode dizer que o pequeno-burguês não tenha lido nada. Pelo contrário, ele leu tudo, devorou tudo. Acontece que seu cérebro funciona como alguns dispositivos digestivos do tipo elementar. Filtra. E o filtro deixa passar apenas o que pode alimentar a boa consciência burguesa. (CÉSAIRE, 1950, p.38)

A Independência do Brasil, em 1822, foi motivo de celebração para grande parte da burguesia embrionária, visto que forneceu condições para o desenvolvimento dessa classe social, através do início da transferência da Corte, da abertura dos portos e da elevação à reino, da modernização conservadora, da presença e influência transmetropolitana (Inglaterra), etc. Com a possibilidade de conversão para novas atividades, obtida através do acúmulo de capital, alguns senhores de escravos passam por um processo de aburguesamento.

Todavia, o caráter de colônia é retirado somente na teoria e não na prática. Na realidade social, continua-se reiterando a escravização, a dominação e o racismo, além de manter a sujeição ao exterior. Para que haja uma revolução social são necessárias mudanças drásticas e radicais do sistema vigente, alterando-o política, econômica, cultural e socialmente, logo, carece de transformações efetivas, e não de meras reformas.

Mesmo com o surgimento de uma nova classe, a burguesia, o poder permanece concentrado nas mãos de uma minoria, que conquista uma maior autonomia para gerir os próprios lucros advindos da dominação e da exploração. Conforme Fernandes (1976), com o aparecimento e a acentuação das cidades (favorecidas pelo café e pela imigração), os senhores de terras deixaram de isolar-se nas suas propriedades, para lançarem-se nas esferas políticas e econômicas. Dessa forma, esses possuidores de terras colocam os seus anseios e as suas intenções na legislação civil.

Parte da burguesia, composta por banqueiros, pelo empresariado industrial emergente, por funcionários públicos e pelos comerciantes, incomodada com a presença dos senhores de terras, vai passar a defender o fim da hegemonia aristocrática agrária para degustar uma fatia do bolo de privilégio e, assim, zelar pelos seus próprios interesses e acumular riquezas.

O processo de Independência no Brasil, traduz-se na imagem de uma modernização conservadora, dado que reformula determinados aspectos — insere-se a burguesia nos âmbitos econômicos e políticos, constitui-se um Estado nacional, etc. — e mantém outros, como a colonialidade, o patrimonialismo, a dependência externa, a exportação de commodities, o patriarcalismo, a dominação de uma classe sobre as demais e a discriminação racial.

Sendo assim, a Independência foi abalada enquanto ato revolucionário, já que as condições materiais de vida da maior parte da população, negra e escravizada, mantiveram-se inalteradas. Além disso, o abandono do título de colônia se deu somente em vias institucionais, mantendo-a no imaginário coletivo e na realidade social, através da dependência externa.

A burguesia brasileira levará em consideração os fundamentos liberais, no processo de formação do Estado nacional, que fornecerão os embasamentos gerais e políticos nas ditas “etapas de modernização”, priorizando o aspecto econômico sob o social. O Estado, enquanto gestor dos interesses da classe dominante, agora sob a feição da burguesia, preservará a escravização, reiterando-se enquanto um mecanismo de controle patrimonialista, para atender as aspirações burguesas. Sendo assim, a classe senhorial que irá ocupar esse Estado será liberal na economia e conservadora nos costumes.

Isto posto, essa sociedade civil só enxergará como cidadãos uma pequena parcela de pessoas (homens, brancos, ricos, alfabetizados e proprietários de terras), visto que a maioria da população (mulheres, pessoas escravizadas, empobrecidas e/ou com deficiência e analfabetos), não era tida como sujeitos.

Na sociedade capitalista, a democracia sob a égide liberal atende aos anseios da burguesia brasileira,

Estamos acostumados a aceitar a definição liberal da democracia como regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais. Visto que o pensamento e a prática liberais identificam a liberdade com a ausência de obstáculos à competição, essa definição de democracia significa [...] que há uma redução da lei à potência judiciária para limitar o poder político, defendendo a sociedade contra a tirania, [...] que há uma identificação entre a ordem e a potência dos poderes executivo e judiciário para conter os conflitos sociais [...], embora a democracia apareça justificada como “valor” ou como “bem”, é encarada, de fato, pelo critério da eficácia, [...] a democracia é a administração de muitos por poucos. (CHAUÍ, 2013, p. 102-103)

Dessa forma, o Estado irá assegurar os interesses da classe dominante, incentivando a competição entre as pessoas para tentar destruir, a todo custo, a dimensão coletiva, buscando reprimir os conflitos sociais para não lidar com o pauperismo e as expressões da questão social, como o racismo, o genocídio das populações negras e indígenas, o patriarcalismo, o não acesso à educação e ao mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, os direitos humanos, ponto primordial para a existência de uma democracia, são concebidos como direitos de alguns e para alguns — os mesmos homens que sempre ocuparam o poder no Brasil, do senhor de engenho e da aristocracia agrária ao burguês, figura que lutou por conveniência, para garantir os seus próprios desejos, ou seja, o poder financeiro e prestígio social.

## CAPÍTULO 2 – ENTRE A EXISTÊNCIA E A RESISTÊNCIA: AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL

Fogo!... Queimaram Palmares,  
Nasceu Canudos.  
Fogo!... Queimaram Canudos,  
Nasceu Caldeirões.

Fogo!... Queimaram Caldeirões,  
Nasceu Pau de Colher.

Fogo!... Queimaram Pau de Colher...  
E nasceram, e nasceram tantas  
outras comunidades que os vão  
cansar se continuarem queimando.

Porque mesmo que queimam a escrita,  
Não queimarão a oralidade.  
Mesmo que queimem os símbolos,  
Não queimarão os significados.  
Mesmo queimando o nosso povo  
Não queimarão a ancestralidade.  
(Nêgo Bispo)

As comunidades quilombolas são um símbolo de resistência negra no Brasil. Em meio ao colonialismo e à escravização as/os negras/os ressoaram o cântico da liberdade e da não dominação, estabelecendo-se em sociedades alternativas dotadas da dimensão coletiva e da capacidade organizativa. Os quilombos, para além de um espaço físico, se mostraram enquanto um espaço de resistência e de existência.

Nesta sociedade o enfrentamento caminha muito próximo da repressão. Opor-se à lógica colonial, marchar em uma direção contrária aos latifúndios, valorizar cosmologias demonizadas pelo cristianismo, esbarram nos interesses dominantes. E ao pisar no pé daqueles que detém o poder, a presença dos quilombos torna-se incômoda.

A insurgência negra ameaçou a posição de privilégio das classes dominantes, que tementes pela perda de suas posições sociais, não toleraram a existência de sociedades opositoras. As expedições militares queimaram mocambos, assassinaram líderes políticos, destruíram plantações, reescravizaram populações, mas jamais conseguiram aniquilar todas as comunidades quilombolas. Elas continuam a se

reproduzirem, afirmando suas identidades, transmitindo os seus saberes e lutando por seus direitos.

## **2.1 A história das comunidades quilombolas**

As sociedades escravistas reverberaram a exploração e a brutalidade, açoites, repressões, violências e castigos eram comumente empregados como forma de amordaçar as vozes negras e indígenas que se levantavam contra a escravização e a colonização. No entanto, a tentativa de silenciamento suscitou cada vez mais atos opositores que encontraram brechas para possibilidades radicais de resistência.

Em meio às atrocidades coexistiram atos reivindicatórios, isto é, formas de protesto que contestaram a ordem social que vigorava. As fugas foram uma, das mais diversas formas, de enfrentamento utilizadas para bradar contra a tentativa de sujeição, de inferiorização e de subjugamento, através das quais as pessoas negras e indígenas escravizadas transpuseram as barreiras do cativeiro para pleitear a liberdade. Não se tratava de ações despretensiosas, nem desorganizadas, pelo contrário, se davam em momentos propícios, a partir de motins, de conflitos coloniais, da distração dos feitores, etc.

Nesse sentido, as fugas estavam dotadas de consciência, uma vez que eram planejadas previamente e materializadas em ocasiões oportunas. Para além do anseio em abandonar o espaço e as condições inumanas a que eram submetidas, as pessoas que estavam sendo escravizadas vislumbravam a organização de núcleos sociais para o enfrentamento do sistema estabelecido.

Portanto, a formação de comunidades opositoras, em meio ao sistema escravista, se dá a partir de evasões. Mas, o crescimento desses núcleos sociais é fruto da reprodução interna e da presença de outros grupos socialmente discriminados, como os povos indígenas.

A historiografia oficial buscou depreciar essas sociabilidades, menosprezando as suas significações para ocultar a insurgência negra, ora retratando-as como um reduto de selvagens, ora criminalizando-as. Tão grande foi a dimensão que essas sociedades alcançaram, que foi preciso estampá-las como um refúgio de bandidos para tentar destruí-las.

Estas comunidades tiveram as mais variadas proporções, porém, independentemente do porte, seja ele, pequeno, médio ou grande, representavam uma ameaça ao sistema escravista por o afrontarem. Tamanho foi o receio de seu recrudescimento, que a classe dominante passou a defini-las como toda moradia com mais de cinco pessoas negras fugitivas. Daí a necessidade de noticiá-las como criminosas, para que a classe senhorial pudesse empregar condutas repressivas e justificar os seus extermínios e os seus desmontes.

Contundo, não foi sequer possível a destruição desses núcleos sociais, uma vez que se fizeram presentes em todos os locais em que o regime escravista se manifestou, recebendo diferentes nomenclaturas:

Nas Américas se desenvolveram pequenas, médias, grandes, improvisadas, solidificadas, temporárias ou permanentes comunidades de fugitivos que receberam diversos nomes, como *cumbues* na Venezuela ou palenques na Colômbia. Na Jamaica, no restante do Caribe inglês e no sul dos Estados Unidos foram denominados marrons. Na Guiana holandesa — depois Suriname — ficaram também conhecidos como bush negroes. No Caribe francês o fenômeno era conhecido como maronage: enquanto em partes do Caribe espanhol — principalmente Cuba e Porto Rico — se chamava cimaronaje. (GOMES, 2015, p. 9-10)

No Brasil estas comunidades foram nominadas, no princípio, de mocambos e, posteriormente de quilombos. O termo mocambo remete à África, mais especificadamente, às línguas kimbundu e kikongo, sendo utilizado para denominar os suportes para levantar acampamentos. Nascimento (2021), emprega o uso da palavra “kilombo” como forma de evidenciar a origem africana dessa designação e a sua simbologia, que remete à organização de povos caçadores e guerreiros, apelidados de Imbagala e/ou Jaga, que infundiam medo nos colonizadores portugueses.

Esses termos chegam ao Brasil com essas características, para designar as comunidades de pessoas negras, que se estabeleceram territorialmente a partir da fuga do sistema escravista. Gradualmente, os mocambos, alicerces para erguer moradas, foram sendo vistos como quilombos, acampamentos. Conforme esses núcleos sociais foram ganhando força, a documentação colonial passou a retratá-los com uma outra nomenclatura.

Os quilombos se espalharam por quase todas as regiões do Brasil, tanto em áreas urbanas, quanto rurais essa forma de transgressão à ordem escravista se fez presente. A natureza foi a principal aliada para o estabelecimento dessas comunidades, os rios, os morros, a vegetação robusta e as cavernas, serviram de abrigo e de esconderijo, oferecendo proteção contra os captores e as empreitadas militares.

Entretanto, o fato das comunidades quilombolas se instituírem, predominantemente, em locais de difícil acesso não as tornou isoladas, longe disso, foram suas capacidades de articulação com outros grupos da população, vide trocas mercantis, como garimpeiros, taberneiros e mascates, que as informavam acerca das movimentações do aparelho repressivo, que levaram à multiplicação e propagação dos quilombos.

O arranjo institucional dos quilombos se manifestou de diferentes formas, desde o seu estabelecimento à sua estrutura interna, devido ao seu caráter plural. Os quilombos não estavam inscritos em uma perspectiva ímpar e singular, as pessoas que o compuseram traziam consigo as suas etnias, línguas, costumes e hierarquias.

Além disso, o estabelecimento de sociedades alternativas não excluía a influência do sistema colonial e escravocrata sob as mesmas:

[...] o quilombo, sendo uma instituição de homens egressos da escravidão colonial, ou em perigo diante dela, cujos laços estavam baseados em condições extraordinárias, poderia perfeitamente fazer o uso desses mecanismos tradicionalmente conhecidos e suportar no seu interior a prática da escravidão. (NASCIMENTO, 2021, p.160)

Recuperar a história dos quilombos é, inclusive, desatá-los de uma visão idealista e estereotipada, que aparta a humanidade das pessoas que o compuseram. A convivalidade entre diferentes etnias africanas não se deu espontaneamente, nem de modo apaziguado, os conflitos também perpassaram essa realidade social.

Havia entre os povos africanos, que foram escravizados no território que hoje equivale ao Brasil, diferentes graus hierárquicos, como reis e rainhas, guerreiros e sacerdotes, artistas e metalúrgicos, que se mantiveram, ou se remodelaram, mesmo sob a escravização. Isto quer dizer que os negros sempre estiveram organizados

socialmente, ainda que de modo imperceptível aos olhos dos senhores. Esta organização preambular refletiu na ordenação das funções dos quilombos.

Pouco se aborda sobre a presença das mulheres nas comunidades quilombolas, apesar de exercerem um papel fundamental na luta. Às mulheres cabiam irradiar as tradições locais e salvaguardá-las, além disso, muitas delas desenvolviam artesanatos, e eram responsáveis pela culinária e pelo cuidado da roça. Aquilune, Dandara dos Palmares e Tereza de Benguela, foram algumas, de tantas outras, mulheres que estiveram à frente dos quilombos.

As sociedades quilombolas não foram simplesmente um aglomerado de pessoas, nelas havia estruturas de poder internas que estabeleciam divisões de tarefas. Às/aos líderes quilombolas políticos cabiam o comando dos quilombos, tinham também aqueles incumbidos de encargos militares que coordenavam a defesa e os ataques, além disso, existiam em algumas comunidades figuras religiosas.

As culturas, as línguas e também as práticas religiosas de muitos quilombos sofreram influência do contexto social em que as pessoas negras estiveram e estavam inseridas. As “Cosmologias baseadas em rituais africanos acabavam modificadas pelas experiências das senzalas e de seus ambientes”. (GOMES, 2015, p.42).

No que diz respeito à economia das comunidades quilombolas, essas se davam de modo diversificado, a depender da região em que estavam localizadas e das culturas alimentares dos povos que as constituíam. Algumas dessas comunidades tinham o extrativismo como pilar, outras a agricultura e a fabricação de produtos, como as cerâmicas e os cachimbos. Existiam também aquelas que prestavam serviços, que eram pastoris ou mineradores, que praticavam saques, etc. Todavia, a mandioca e os seus derivados tiveram centralidade nas economias quilombolas.

Apesar do caráter simples de algumas economias, grande parte delas eram complexas, em um mesmo quilombo poderiam coexistir variadas práticas, de casas de tear e de ferreiro às plantações. Esse caráter diversificado levava a excedentes, que eram destinados às trocas mercantis e à comercialização, o que possibilitou a integração dos quilombos à economia local, e, conseqüentemente às relações com pequenos proprietários e outros grupos sociais.

A promissora economia quilombola, atrelada ao fato de que muitas das comunidades estavam localizadas em regiões visadas para a exploração econômica,

despertaram na classe dominante a ânsia pela destruição dos quilombos, enxergando-os como uma ameaça ao regime escravista e colonial, e um obstáculo para a obtenção de lucro.

Diversas foram as investidas contra às sociedades quilombolas. A classe senhorial dominante prontamente se articulou a fim de destruir as comunidades quilombolas. Para isso, foi empregado um violento aparelho repressivo com a divulgação de recompensas para aqueles que denunciassem os quilombos, e com o envio de capitães do mato, expedições bandeirantes e tropas militares, para os localizarem e os atacarem.

Em meio à essa conjuntura, os quilombos tiveram que se organizar militarmente, desenvolvendo estratégias de ataque e de defesa para continuarem existindo. Alguns empunharam armas, em outros existiram fortificações e muralhas, havia também aqueles que dispunham de informantes e de armadilhas e ainda os que abandonavam os seus quilombos para distanciarem-se de ataques-surpresa, indo para outras regiões e/ou outras sociedades quilombolas.

Além disso, a formação de uma ampla rede de articulação e proteção mútua, atrelada às informações de outros grupos sociais, a respeito das ações que estavam sendo desenvolvidas pelos opressores, fez com que muitas comunidades quilombolas nem ao menos fossem encontradas. Além do mais, as localizações dessas comunidades também foi um fator determinante para que permanecessem ocultas aos olhos do aparelho repressivo, uma vez que estavam estabelecidas em regiões de difícil acesso.

Aquelas comunidades avistadas foram massivamente atacadas. Isto é, a violência empregada pela classe senhorial buscava desarticular as relações econômicas e sociais para esfacelar o quilombo como um todo. Destruíam-se as suas casas e plantações, assassinavam-se os seus líderes e reescravizavam-se as suas populações. Contudo, isso não representou a aniquilação da capacidade de reprodução das sociedades quilombolas, as pessoas que conseguiam fugir se alojavam em outras comunidades ou davam origem a novas, dando continuidade à resistência quilombola.

Durante todo o regime escravista as perseguições às comunidades quilombolas, via ações militares, permaneçam. Pouco se sabe a respeito dos

momentos de paz quilombola, já que as documentações da época, contam a história da classe dominante, que via nos conflitos uma forma de mostrar o seu poder e escamotear a narrativa quilombola.

No entanto, mesmo com todo o aparato bélico, a elite não conseguiu aniquilar as sociedades quilombolas:

O que aconteceu com os quilombos depois de 1888 com o fim da escravidão? Com sua extinção não havia mais escravos e, portanto, fugitivos. Mas os quilombos e mocambos continuaram a se reproduzir mesmo com o fim da escravidão. Eles nunca desapareceram, porém não os encontramos mais na documentação de polícia e nas denúncias dos jornais. Os vários quilombos — que já eram verdadeiras microcomunidades camponesas— continuaram se reproduzindo, migrando, desaparecendo, emergindo e se dissolvendo no emaranhado das comunidades camponesas do Brasil de norte a sul. (GOMES, 2015, p.120)

Os quilombos permaneceram, juntamente com as suas simbologias, seja nas comunidades rurais e naquelas remanescentes de quilombos, na figura do quilombo dos Palmares, nas favelas ou na sua significação de resistência étnica, cultural e política da população negra, manifestando a sua organização, a sua luta e a recusa à submissão.

## **2.2 Angola Janga, o quilombo dos Palmares**

Na língua kimbundo, “Angola Janga” significa “pequena angola”, um dos termos utilizados para se referir ao quilombo dos Palmares. Personificação da resistência negra e de seu enfrentamento, Palmares foi um dos maiores quilombos da América Latina e do Brasil, que estremeceu as estruturas do regime colonialista e escravista, devido ao seu caráter opositor, manifestando-se enquanto um sistema alternativo.

Localizado no Nordeste, na região da Serra da Barriga, área circunscrita à Capitania Geral de Pernambuco, que atualmente pertence à Alagoas, o quilombo dos Palmares foi formado por diversos mocambos, como Acotirene, Osenga, Amaro, Zumbi, Andalaquituche, Subupira, Aqualtune, Tabocas e Curiva, dentre outros. O mocambo Macaco, foi o principal centro político, concentrava mais de 6 mil habitantes, e, no total Palmares contava com uma população superior à 20 mil pessoas, que ocupavam a serra.

Não é possível estabelecer com precisão a origem de Palmares, uma vez que “[...] toda a documentação que se conhece sobre Palmares é aquela fornecida pelo dominador, pelo colonizador, isto é, não temos outro código de informação a não ser daquele que os seus destruidores nos oferecem” (MOURA, 2019, p. 189). Por volta das últimas décadas do século XVI, em 1597, notícias sobre a fuga de pessoas negras, para Serra da Barriga, começaram a se espalhar, remetendo ao princípio do quilombo dos Palmares.

A região serrana se mostrou favorável para o estabelecimento dos mocambos, o terreno montanhoso e irregular, cercado por florestas, serviu de proteção contra às investidas militares, dificultando o acesso das mesmas. Apesar dos mocambos se espalharem ao longo da Serra da Barriga, eles estavam articulados, formando uma rede que se fortalecia e resistia através do seu entrelaçamento.

A partir do século XVII, a população palmarina passou a crescer consideravelmente. A invasão holandesa à Capitania Geral de Pernambuco, suscitada pelo lucrativo comércio açucareiro e pelo tráfico transatlântico, provocou um conflito político e militar, entre os diferentes colonizadores. Com a desarticulação do aparato repressivo às/aos escravizados, as fugas se tornaram mais propícias, levando ao crescimento de Palmares. Somado a isso, a presença de povos indígenas e de outros grupos sociais contribuiu com o recrudescimento.

Desse modo, a população palmarina foi sendo constituída por povos de diferentes etnias, o que refletiu na composição linguística do quilombo. Uma das hipóteses acerca da comunicação utilizada entre os habitantes, é a existência de um dialeto próprio em Palmares, por meio de um sincretismo linguístico.

Gradativamente, o quilombo dos Palmares foi se estabelecendo enquanto um espaço político, humano e social. Sua economia, assim como, a sua estrutura política foi se transformando, alcançando um maior grau de complexidade e de organização, se, inicialmente, Palmares detinha um caráter seminômade, voltando o seu sistema produtivo para a coleta, a caça, e o campo artesanal, com o aumento da população e o estabelecimento de mocambos, o quilombo passou a se organizar politicamente enquanto uma República, e a agricultura tornou-se central.

A administração pública de Palmares era feita por um rei, um chefe supremo. Existia também a presença de um Conselho, formado pelos representantes das/os

chefes dos diferentes mocambos que compunham a sociedade palmarina, que se reuniam com o rei para a discussão de assuntos pertinentes ao futuro de Palmares, principalmente em momentos de conflitos.

No decorrer de sua existência, Palmares enfrentou diversos ataques do poder colonial. A adoção da policultura possibilitou as trocas mercantis, o trabalho cooperativo, a diversificação da produção, uma produtividade dinâmica e uma distribuição comunitária, o que contrariou profundamente a classe senhorial e o seu sistema monocultor e escravista, chocando-se com a lógica colonial. Além disso, o conhecimento em metalurgia, o crescimento demográfico e a organização social, política e militar de Palmares amedrontavam os colonizadores.

A classe senhorial, temente da perda de seu poder, organizou ações violentas para o aniquilamento de Palmares, com o envio de expedições militares ano após ano:

Para tal, a sociedade palmarina teve de admitir a constituição de um segmento militar que se organizou como instituição, embora nas épocas de guerra todo o povo fosse mobilizado para lutar. Esse exército aumentou consideravelmente. Iniciaram-se as construções de fortificações, paliçadas, plataformas, fossos, estrepes, tudo visando a sua defesa. Por outro lado, o setor artesanal e metalúrgico deve ter desviado grande parte das suas atividades para a fabricação de material bélico indispensável para que esse exército estivesse em condições operacionais satisfatórias toda as vezes que a República fosse atacada. (MOURA, 2019, p. 206-207)

Na história de Palmares existiram dois líderes principais, Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares, que dirigiram a República e estiveram à frente de sua defesa. Essas figuras, apesar de diferentes, exerceram um importante papel político na sociedade palmarina por meio de suas lideranças. Ganga Zumba foi o primeiro chefe supremo de Palmares, coordenando o quilombo desde o princípio das investidas coloniais, tanto holandesas, quanto portuguesas, até 1678, momento em que firmou um acordo de paz com autoridades.

Neste acordo, os colonizadores portugueses propuseram que o território quilombola fosse transferido para Cacaú, onde só permaneceriam aqueles nascidos em Palmares. No entanto, o verdadeiro objetivo do acordo foi desarticular a República quilombola: “A atitude unilateral que constitui a paz de Ganga-Zumba provoca violenta reação da comunidade militar de Palmares.” (NASCIMENTO, 2019, p. 99).

A atitude de Ganga-Zumba foi vista como uma ação contrarrevolucionária por grande parte dos chefes dos mocambos que compunham Palmares. Diante disso, Ganga-Zumba se estabeleceu em Cacaú com aqueles que concordaram com o acordo de paz, sendo posteriormente envenenado. Com o assassinato do líder Ganga-Zumba as terras de Cacaú atacadas.

A capital de Palmares, macaco, foi ocupada por Zumbi que assumiu a liderança da República com uma organização fortemente militar contra o aparelho repressivo, até 1695, quando foi violentamente morto:

A capital de Palmares, Macaco, foi atacada e destruída em janeiro de 1694. Apesar da reforçada cerca de defesa, a nova arma trazida pelos luso-brasileiros, o canhão, foi crucial. Some-se a isso o fato de o território já ser conhecido e a construção de uma estrada facilitar a entrada até macaco. Zumbi foi morto em 20 de novembro de 1695, por André Furtado. Os conflitos pela Serra da Barriga continuaram nos 30 anos seguintes. Nesse momento, os palmaristas remanescentes retomaram a estratégia de guerra do mato. Os demais sobreviventes espalharam-se pela região. (D' SALETE, 2017, p.422)

Por mais de um século o quilombo dos Palmares resistiu contra o poder colonial e todo o seu aparato violento. Reverberou, no passado, a sua dimensão coletiva, o seu caráter opositor, a sua organização política, econômica, social e militar, e a sua economia diversificada. Reflete, no futuro, a possibilidade de um outro sistema social, “[...] Zumbi permanece vivo na memória nacional. De forma lendária ou presente da documentação, ele entrou para a história como um marco em nossa tradição de povo livre” (NASCIMENTO, 2021, p. 103)

A destruição de Palmares não representou o fim da resistência negra. Por mais que se silenciem as vozes negras, elas continuaram se levantando, se assassinarem os líderes políticos, eles continuarão sendo lembrados e surgirão outros, se permanecerem negando a humanidade das pessoas negras, elas irão reivindicar por suas subjetividades, e se continuarem destruindo as sociedades quilombolas, elas prosseguirão resistindo.

### **2.3 As comunidades remanescentes de quilombos no Brasil**

Durante o período escravista os quilombos foram duramente rechaçados e reprimidos, mas a partir da abolição da escravização, em 1888, as comunidades quilombolas foram menosprezadas pelo poder estatal:

No século XX, os quilombos ficaram em parte invisíveis e em parte estigmatizados. O processo de produção da invisibilidade data desde a escravidão — quando os quilombos se articularam com as roças dos escravos, transformando-se em camponeses, sendo difícil definir quem era fugido diante de roceiros negros, além daqueles que tinham nascido nos quilombos e nunca foram escravos — que não enxergavam em recenseamentos populacionais e censos agrícolas centenas de povoados, comunidades, bairros, sítios e vilas de populações negras, mestiças, indígenas, ribeirinhas, pastoris, extrativistas, etc. (GOMES, 2015, p. 120)

Buscou-se apagar da realidade social a continuidade dos quilombos, isolando as comunidades negras rurais e as populações oriundas de quilombos, das políticas públicas e sociais para que as mesmas caíssem no esquecimento ou desaparecessem materialmente. É somente, a partir da Constituição Federal de 1988, que o termo “remanescentes de quilombos” vem à tona, estabelecendo no art. 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Segundo o art. 2º do Decreto nº 4.887/2003:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 1988)

O reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos e de seus direitos, foi fruto de um longo período de luta e de reivindicação, presente desde a formação dos primeiros quilombos no período escravista, até os dias atuais. As comunidades quilombolas seguem pleiteando pela preservação de suas terras, de sua cultura e de seu modo de existência.

A identidade das sociedades quilombolas está vinculada à territorialidade, é por meio do espaço físico que se manifestam as dimensões de suas existências, como a

cultura, a religião e os saberes. Nesse sentido, a defesa dos territórios quilombolas vai de encontro com a proteção de seus modos de vida.

Contudo, apesar do direito ao território ser estabelecido em lei, o Estado continua a negar a existência e a identidade das comunidades quilombolas, tendo em vista a pequena quantidade de territórios titulados:

Somos mais de 6 mil quilombos no Brasil, nos 26 estados da Federação. Desses quilombos, aproximadamente 3.386 são certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP), de acordo com os dados desta instituição, e 181 são territórios titulados: 139 por governos estaduais, 39 pelo Governo Federal e três por governos estaduais e federais conjuntamente. Existem 1.691 processos para a regularização de territórios quilombolas abertos no Instituto Nacional de Colonização para Reforma Agrária (incra), aguardando os passos de um processo que formaliza, para as instituições do Estado brasileiro, o direito ao território que os pertence ancestralmente. (DEALDINA, 2020, p.28)

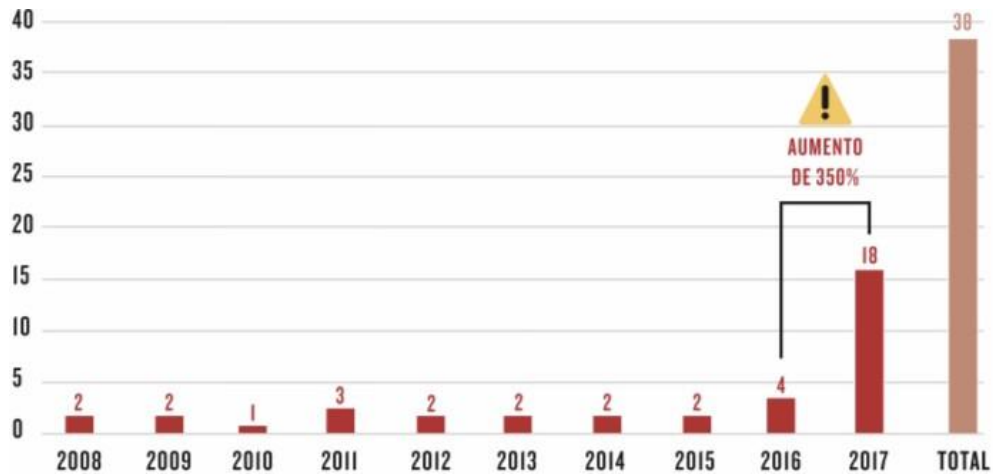
O processo de titulação de terras das comunidades quilombolas significa o reconhecimento de suas cidadanias, negar-lhes esse direito é reproduzir a violência secular e sistêmica que rejeita a humanidade dos povos quilombolas, invisibilizando ou exterminando as suas presenças. Daí a necessidade de o Estado deixar de postergar a emissão da titulação de terras quilombolas.

Apesar de passados mais de 100 anos desde a abolição da escravidão, os territórios quilombolas permanecem sendo alvos de ataques da classe dominante e de sua ganância por lucro. Isto é, continuam sendo vistos como um entrave para a exploração dos recursos naturais, uma vez que estão localizados em terrenos férteis e em áreas visadas pelo agronegócio e pelos projetos desenvolvimentistas.

A publicação intitulada “Racismo e violência contra quilombos no Brasil”, organizada pela Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), junto à Terra de Direitos e às organizações parceiras, mapeou os ataques contra as comunidades quilombolas no ano de 2017, por meio de uma amostra de 71 regiões composta por quilombos.

O gráfico a seguir revela a perpetuação da violência contra às comunidades quilombolas, e, conseqüentemente, contra as pessoas negras:

Gráfico 1- Número de assassinatos de quilombolas por ano no período de 2008 a 2017.



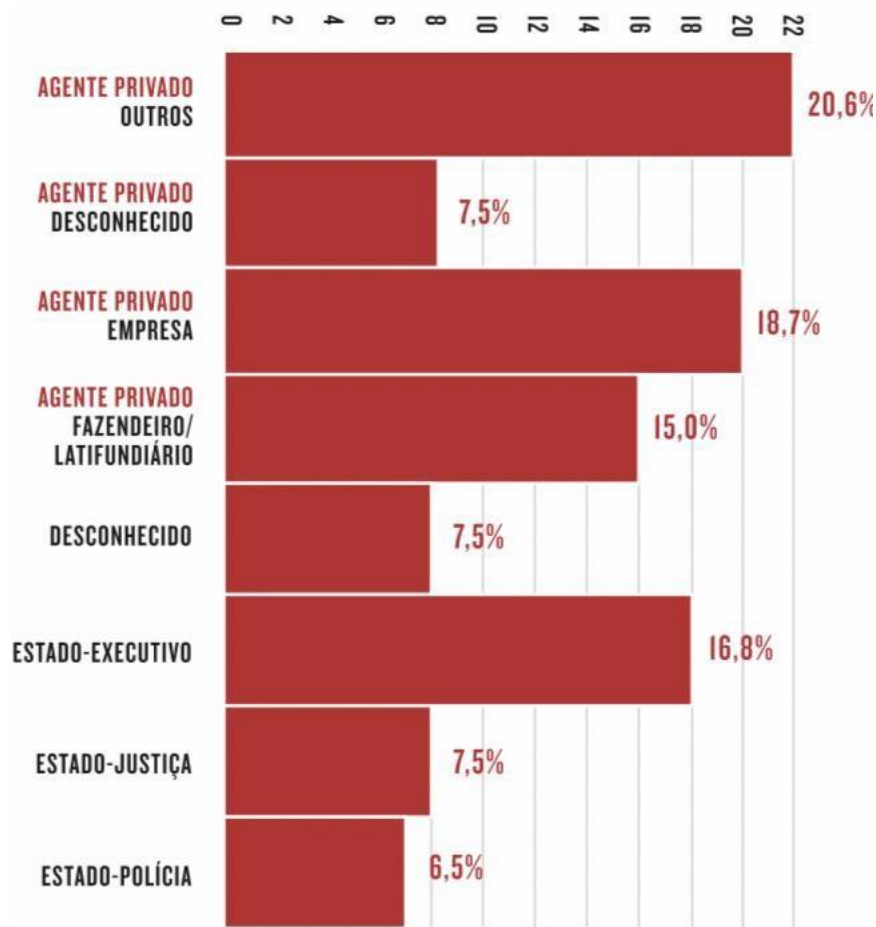
Fonte: CONAQ e Terra de Direitos (2017).

De acordo com os dados da pesquisa, de 2016 para 2017 houve um aumento de 350% no número de assassinatos de quilombolas. Esse período vai ao encontro do aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, que ocasiona uma série de desmontes nas políticas sociais, favorecendo o mercado financeiro. Nesse contexto, de priorização do aspecto econômico em detrimento do social, o Estado brasileiro negligência as ações de violência, não investigando os responsáveis pelos crimes, o que ameaça a manutenção dos modos de existência dos quilombos no Brasil.

Além disso, os governos ultraneoliberais vêm atacando os movimentos sociais que lutam pela terra, assim como os povos indígenas, quilombolas e a população negra. Segundo a organização Global Witness, que se debruça sobre a relação entre a exploração dos elementos da natureza, os enfrentamentos e os direitos humanos, o Brasil está entre os três países que mais matam ativistas ambientais de todo o mundo. Somente no ano de 2019, foram registrados os assassinatos de 24 ativistas, um deles foi Paulo Paulino Guajajara, líder indígena que fazia parte do grupo Guardiões da Floresta, movimento que fiscalizava e defendia as reservas florestais, morto em uma emboscada por negociantes de madeiras e/ou caçadores ilegais.

A pesquisa “Racismo e violência contra quilombos no Brasil”, de 2017, também apontou o Estado, enquanto violador de direitos, por meio de seu aparato policial, das instituições de seu sistema de justiça, e do próprio Poder Executivo. Outros agentes violadores que aparecem com porcentagens expressivas são empresas e latifundiários, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 2- Agentes violadores mapeados nas ocorrências de violações de direitos contra quilombos no ano de 2017.

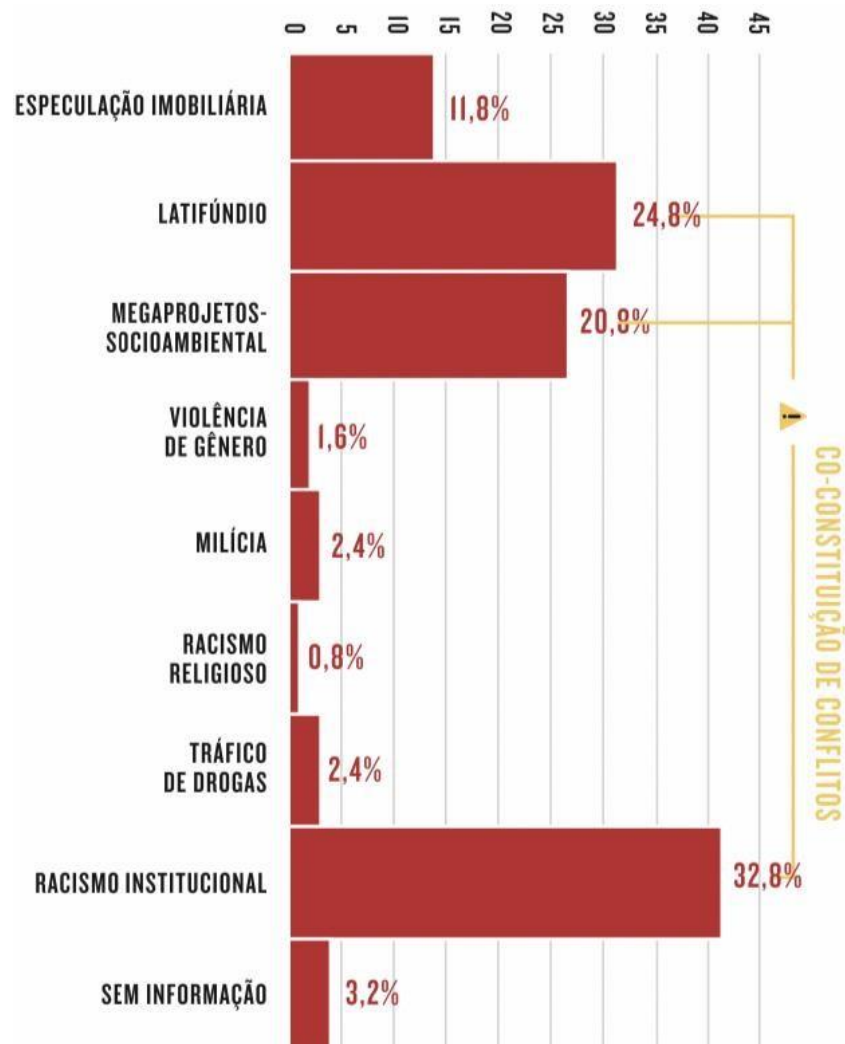


Fonte: CONAQ e Terra de Direitos (2017).

Isto revela como os interesses das classes dominantes permanecem incrustados no Estado, que ao invés de garantir os direitos das comunidades quilombolas os negligência e/ou os viola. O emprego da violência contra as comunidades quilombolas é fruto dos interesses daqueles que mantém o poder. Em nome do progresso invadiram o Brasil, assassinaram e escravizaram povos indígenas e africanos. Em nome do desenvolvimento expulsam e matam comunidades remanescentes de quilombos.

Além disso, a pesquisa evidencia que os principais conflitos são decorrentes do colonialismo e da escravização, ou seja, do modo como a questão étnico-racial se manifestou no Brasil, como pode ser observado no seguinte gráfico:

Gráfico 3- Conflitos mapeados nas ocorrências de violações de direitos contra quilombos no ano de 2017.



Fonte: CONAQ e Terra de Direitos (2017).

O racismo institucional, os latifúndios e o interesse econômico nos territórios sempre estiveram atrelados à exploração da população negra e à discriminação racial. Há no presente, uma continuidade do emprego da violência contra às/os, contudo, não foi somente a brutalidade da classe dominante e a sua face repressiva que perduraram. Os remanescentes de quilombos herdaram de seus ancestrais a organização social e política, bem como o enfrentamento e a resistência.

Em diversos estados do Brasil as comunidades remanescentes de quilombos mantiveram-se articuladas. Em 1996, com a criação da Coordenação Nacional de

Articulação de Quilombos (CONAQ), a organização das sociedades quilombolas atingiu um caráter nacional, para além dos movimentos regionais, afirmando a identidade étnico-racial quilombola e reivindicando o direito territorial. Assim como a figura de Zumbi dos Palmares, a CONAQ representa uma dimensão política, combativa e reivindicatória da luta negra.

### CAPÍTULO 3 – E O SERVIÇO SOCIAL COM ISSO?!

Ser invisível quando não se quer ser  
é ser mágico nato.

Não se ensina, não se pratica, mas se aprende.  
no primeiro dia de aula aprende-se  
que é uma ciência exata.

O invisível exercita o ser “zero à esquerda”  
o invisível não exercita a cidadania  
as aulas de emprego, casa e comida  
são excluídas do currículo da vida.

Ser invisível quando não se quer ser  
é ser um fantasma que não assusta ninguém.  
quando se é invisível sem querer  
ninguém conta até dez  
ninguém tapa ou fecha os olhos  
a brincadeira agora é outra  
os outros brincam de não nos ver.

Saiba que nos tornamos invisíveis  
sem truques, sem mágicas.  
Ser invisível é uma ciência exata.  
mas o invisível é visto no mundo financeiro  
é visto para apanhar da polícia  
é visto na época das eleições  
é visto para acertar as contas com o Leão  
para pagar prestações e mais prestações.  
É tanto zero à esquerda que o invisível  
na levada da vida soma-se  
a outros tantos zeros à esquerda  
para assim construir-se humano.  
(Esmeralda Ribeiro)

As comunidades quilombolas, compostas majoritariamente por pessoas negras, seguem sendo ameaçadas, violadas, destruídas, e ninguém parece se importar a não ser elas mesmas. Os territórios ligados aos modos de vida dessas populações, continuam sendo invadidos pela aristocracia agrária e os direitos referentes à titulação de terras e às condições basilares de existência permanecem sendo negados.

O racismo estrutural, enquanto alicerce da sociedade brasileira e do sistema capitalista, perpetua as práticas discriminatórias, a hierarquização de raças, o não

acesso às políticas públicas, o imobilismo social, a segregação socioespacial, o genocídio, e a invisibilização das comunidades quilombolas.

O Serviço Social, enquanto profissão que lida com as expressões da questão social, isto é, com as contradições entre capital e trabalho, e com a viabilização dos direitos sociais não pode tratar a questão racial e as sociedades quilombolas como se fossem invisíveis, existe um compromisso ético-político profissional, com a luta antirracista. Além disso, o próprio do objeto do Serviço Social está intimamente relacionado à questão étnico-racial.

Apesar de ser necessário debruçar-se sobre a questão étnico-racial, e a histórias das comunidades quilombolas e remanescentes de quilombos, no Brasil, a história oficial segue encobrindo a realidade social. Há um medo latente nas classes dirigentes de que o passado seja recuperado. Resgatar a história é relembrar das atrocidades do empreendimento colonial e escravista, o que possibilita a luta contra a ideologia racista. Rememorar as lutas e resistências negras e quilombolas, permite o vislumbre de uma outra sociedade.

### **3.1 A interseção entre a questão social, a questão racial e o Serviço Social**

O capitalismo é um sistema sanguinolento, fundamentado nas desigualdades sociais, econômicas, raciais e de gênero, que tem como propósito a concentração de poder e o acúmulo de lucros nas mãos de poucos. É, portanto, sustentado pela divisão da sociedade em classes, pela exploração da força de trabalho, e pela propriedade privada dos meios de produção.

Não se trata de um sistema estritamente econômico, ele adentra as esferas sociais, políticas e culturais para se afirmar-se e cristalizar-se no imaginário coletivo por meio da ideologia, que busca naturalizar o capitalismo, como se este fosse um organismo natural, e não um constructo social criado para a garantia dos interesses de uma determinada classe, a burguesia, em detrimento da outra, a classe trabalhadora.

Segundo Paulo Netto (1996), o Serviço Social é uma profissão própria da ordem monopólica do capital. Esse novo semblante do capitalismo, que começa a se manifestar no final do século XIX, foi responsável pela agudização das expressões da

questão, isto é, tornou latente as contradições e as desigualdades entre o capital e a classe trabalhadora.

O capitalismo monopolista exponenciou a exploração, o pauperismo e a exclusão, através da ênfase na fusão de grandes grupos econômicos, da promoção da financeirização das relações e da economia, e da captura orgânica dos Estados nacionais e de seus fundos públicos para que esses servissem aos anseios da burguesia. À medida em que se ampliava a capacidade social de se produzir riquezas, a miséria avultava-se.

Nessa conjuntura, as lutas sociais se explicitaram. A classe trabalhadora, cada vez mais explorada e expropriada dos meios de produção e das condições basilares de vida, organiza-se e mobiliza-se pela reivindicação dos seus direitos, por meio do enfrentamento político, das organizações sindicais, das greves e das manifestações, etc.

Perante a movimentação da classe trabalhadora, o Estado, enquanto gestor dos interesses da burguesia, procura intervir para que não haja uma transformação da ordem social vigente, garantindo a manutenção e a reprodução do capitalismo, bem como, os anseios da classe dominante. Desse modo, se estabelecem alguns direitos sociais para lidar com as expressões da questão social e obter a legitimidade da classe trabalhadora.

É nessa conjuntura que o Serviço Social é requerido, para operacionalizar as políticas sociais, sendo uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, enquanto uma especialização do trabalho coletivo. Logo, atua diante das expressões da questão social:

[...] o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2000, p. 23)

Essas desigualdades, inerentes ao modo de produção capitalista, foram alicerçadas pela questão racial. A acumulação primitiva do capital não teria ocorrido sem a escravização e a colonização de diversos povos e territórios. Isso significa que

a desigualdade na distribuição de riquezas se estruturou através da ideologia racista de dominação.

O racismo foi construído socialmente enquanto uma forma de classificação social, transformando as diferenças raciais em hierarquias, para que fossem estabelecidas superioridades biológicas e culturais entre os seres humanos, capazes de justificar o colonialismo, a escravização, e a inferiorização de determinados grupos sociais. Foi a civilização branca europeia, a responsável pela autoria da ideologia racista, sistematizando-a para empregar a exploração, a dominação e a subalternização de negros e indígenas.

Em outros termos, é partir das desigualdades raciais que a questão social se estruturará. No Brasil, o não acesso à educação, à moradia adequada, ao saneamento básico, ao emprego formal, aos meios de produção e às posições de poder, têm a raça como fator central, ou determinante. Acesso este, que foi secularmente negado às pessoas negras, apartando-as dos elementos primordiais para a existência humana, inclusive da própria humanidade.

Isso significa que a divisão da sociedade brasileira se deu, historicamente, pelo aspecto racial, do senhor de engenho à burguesia, as posições de poder sempre foram ocupadas pela branquitude. No período colonial, a inferiorização das/os negras/os e das/os indígenas foi utilizada para a afirmação da superioridade branca, e viabilização da acumulação primitiva do capital através escravização. Após a abolição da escravatura, esse cenário pouco se alterou, formalmente os negros conquistaram as suas liberdades, mas, materialmente continuaram sujeitos a condições vexatórias.

As desigualdades raciais seguiram sendo reproduzidas, manifestando-se nas contradições entre capital e trabalho na sociedade capitalista. O Estado permaneceu garantindo os interesses da classe dominante, que se manteve branca, e continuou renegando os direitos da população negra, ora invisibilizando-a, ora criminalizando-a:

O Estado brasileiro, alicerçado pelo ideário da superioridade branca, cuidou de organizar e legitimar o tratamento vil que seria destinado a ex-cativos(as). O Código Penal de 1890 tornou-se um importante instrumento jurídico que transformou em práticas criminais as manifestações da cultura negra (a capoeira, a feitiçaria, o curandeirismo, etc.) e passou a regulamentar e qualificar como delito o ócio, mesmo aquele que resultava da recusa em contratar força de

trabalho por causa de seu defeito de cor. Leis, Atos, Decretos, etc. que se seguiram evidenciam a preocupação da administração pública com esta gente, julgada preguiçosa, que perambulava pelas ruas.(GONÇALVES, 2018, p.518)

O racismo e a discriminação racial ecoados pelo Estado, empurrou as pessoas negras para as margens da sociedade. A reparação histórica e a equidade não foram sequer levadas em consideração pelo aparelho estatal, o plano que seguiu sendo elaborado foi o da exclusão, uma vez que a presença negra não cabia no projeto societário dominante que almejava uma sociedade branca e cada vez mais capitalista.

Esse suposto descaso do Estado também é uma forma de genocídio. Sem a mínima garantia dos seus direitos sociais, como moradia, alimentação e trabalho, coube às/aos negras/os o desemprego, a fome, o cárcere, as ruas, a morte e os trabalhos renegados pelos brancos. Nesse cenário, a/o negra/o passa a ser o público-alvo das ações estatais de cunho caritativo e eugênico, e, conseqüentemente, da assistência social, como assim coloca Gonçalves (2018).

É nesta conjuntura, de íntima relação entre o passado e o presente, de produção e reprodução do racismo, que a população negra se tornou socialmente vulnerável, sendo o principal público da assistência social desde os primórdios do Serviço Social no Brasil.

A profissão surge no país na década de 1930, em meio à ditadura varguista e ao agravamento das expressões da questão social, vide o processo de industrialização e de urbanização do país, que refletiu no crescimento da classe operária e de sua exploração, bem como na exclusão da população negra. Dessa forma, a profissão é inserida para viabilizar o acesso da classe trabalhadora a alguns mínimos sociais, a fim de reprimir a luta do proletariado, lidar com a “ociosidade e criminalidade negra” e garantir a manutenção do sistema capitalista.

Nesse período, o Serviço Social atua em consonância com o sistema social vigente, sob um prisma racista e moralizador de modo a culpabilizar os negros, como se a pobreza e as outras tantas desigualdades a que foram submetidos, resultassem de um desajuste individual, cabendo ao sujeito adequar-se ao funcionamento da sociedade capitalista “harmônica”.

Logo, a/o assistente social legitima e justifica o sistema capitalista e as desigualdades a ele inerentes, na prática e na teoria, por meio do ajustamento dos

indivíduos, de ações higienistas, caritativas e filantrópicas, e das ideologias neotomistas, funcionalistas e positivistas da Igreja Católica, servindo ao Estado e à burguesia.

O trabalho do Serviço Social junto às comunidades quilombolas não é sequer citado nessa época, como se as mesmas não existissem. Isso é fruto do processo de invisibilização e de estigmatização à que os quilombos foram submetidos no século XX, sendo escamoteados da realidade social e afastados da possibilidade do acesso aos seus direitos.

Mesmo passado o Movimento de Reconceituação, um processo gradual de crítica ao Serviço Social tradicional e clássico, que teve como propósito o questionamento da profissão, grande parte da categoria profissional ainda permanece omissa acerca das discussões a respeito das lutas e resistências quilombolas no Brasil e das demandas dessas comunidades, bem como do debate étnico-racial, negando-se a compreender que as relações sociais no sistema capitalista são estruturadas a partir da questão racial e que, por essa razão, as expressões da questão social atingem, predominantemente, as pessoas negras.

Segundo o informativo “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”, do IBGE (2019), no ano de 2018, o rendimento médio mensal do trabalho principal, tanto formal, quanto informal, das pessoas brancas foi de R\$ 2.796, enquanto o das pessoas negras ou pardas foi de R\$ 1.608. Além disso, no mesmo período, notou-se que o número de pessoas negras e pardas (42,8%) residindo em domicílios sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial, foi maior que o da população branca (26,5%). Essas desigualdades também se manifestaram no campo educacional e no acesso à internet.

Outrossim, em 2018, a porcentagem de negros ou pardos, abaixo das linhas de pobreza, recebendo o inferior a US\$ 5,50/dia, foi de 32,9%, e a de brancos 15,4%. Na representação política, somente 24,3% dos deputados federais eleitos, em 2018, eram negros ou pardos. No que diz respeito à violência, no ano de 2017, a taxa de homicídios, por 100 mil jovens de 15 a 29 anos de idade, da população negra ou parda foi maior, atingindo 98,5, em contrapartida à 34,0 entre os jovens brancos.

Essas desigualdades sociais estão entrelaçadas às étnico-raciais, uma vez que suas origens históricas advêm da tríade racista, colonialista e escravista, que são

reproduzidas para manter o privilégio da branquitude, o sistema capitalista e a exploração das pessoas negras, mantendo-as em posições de desvantagens em relação aos brancos.

### **3.2 A dimensão educativa do Serviço Social em uma interlocução com as comunidades quilombolas**

O Serviço Social não é uma profissão que lida com mercadorias, o seu objeto de trabalho, a questão social e suas expressões, atinge diretamente os indivíduos sociais. Por conseguinte, a atuação profissional das/os assistentes sociais se dá junto à população, por meio de interações sociais que envolvem, conseqüentemente, aspectos políticos, culturais e ideológicos.

Desse modo, as ações profissionais são perpassadas pelo compartilhamento e socialização dos saberes entre as/os usuárias/os, as/os assistentes sociais e a equipe profissional, através de relações pedagógicas dialéticas. É em meio às dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, que o cunho socioeducativo do trabalho da/o assistente social se manifesta.

Trabalho este, que não se trata de um mero repasse de informações ou de encaminhamentos. Há nas reuniões em equipe, nas visitas domiciliares, nos atendimentos individuais, etc., questionamentos, discordâncias, diálogos, debates e discussões, isto é, interações sociais que contribuem para a construção coletiva de conhecimentos.

O Serviço Social, enquanto uma profissão imbuída nas relações sociais capitalistas, pode tanto reproduzir práticas que vão ao encontro dos interesses da classe dominante, reafirmando-a, quanto desenvolver ações a serviço da classe trabalhadora:

No desempenho de sua função intelectual, o Assistentes Social, dependendo de sua posição política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional. Pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; pode orientar a sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos

trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos (CARVALHO e IAMAMOTO, 2006, p.95)

Em outras palavras, cabe à/o assistente social a escolha política de imprimir um novo sentido à sua prática profissional, afirmando o compromisso ético-político com a classe trabalhadora, viabilizando, assim, ações socioeducativas emancipatórias que alimentem o processo contínuo de libertação e tonifiquem as possibilidades de reflexão, de mobilização e de uma outra ordem societária.

Para isso, o método de educação popular proposto por Paulo Freire pode ser uma fonte inspiradora para o exercício da dimensão educativa do Serviço Social:

É relevante apontar a fundamentação do paradigma da educação popular, sendo a valorização da cultura; o diálogo como centralidade, a democracia e ética no processo de elaboração de justas relações sociais, o ambiente dos educandos, a maneira como enfrentam esta realidade em um intercâmbio entre política e conhecimento, entre movimentos sociais e educação, na valorização de pequenos detalhes do cotidiano, do passado, muitas vezes, tido como insignificante no processo de realizar um ensino que esteja envolvido na pesquisa e na investigação sobre a realidade. (GIAQUETO, 2015, p. 34).

Essa perspectiva caminha em direção oposta ao modelo tradicional de educação, que supõe a dominação e a hierarquia, ao tratar o conhecimento como propriedade privada, onde alguns seriam os detentores do saber, e os outros receptáculos para que esses saberes fossem depositados. Nesse sistema os diálogos são reprimidos pela concordância, a liberdade é sufocada pela padronização e o processo reflexivo não é construído coletivamente.

É este modelo tradicional de educação que a classe dominante aspira para a dimensão educativa do Serviço Social. A burguesia espera que as ações das/os assistentes sociais sejam apáticas, ou seja, que tenham um certo grau de distanciamento da população, capaz de impedir o processo reflexivo e promover o conformativo, o culpabilizador e o individualista.

Contestar os preceitos dominantes é assumir uma postura ética, de nadar contra a maré da passividade, da desvalorização dos conhecimentos e das histórias subjetivas das/os usuários, da perpetuação do racismo e das desigualdades sociais, da invisibilidade das comunidades quilombolas na realidade social, etc.

Significa, por conseguinte, reconhecer que existem práticas, organizações e saberes contra hegemônicos, no passado e no presente, capazes de projetar um outro tipo de sociedade, de interações sociais e de atuação profissional. Desse modo, cabe à/ao assistente social oportunizar ações socioeducativas a respeito da questão étnico-racial, da luta e da resistência negra, inclusive a quilombola, no cotidiano profissional.

“Dentro de uma cultura supremacista branca, não ter documentação é não ter uma história legítima. Na cultura do esquecimento a memória sozinha não significa nada.” (hooks, 2019, p.339). Recuperar a memória quilombola é lutar contra o apagamento de sua existência. Nesse sentido, a dimensão educativa do Serviço Social pode configurar-se enquanto uma ferramenta de combate ao racismo, fortalecendo a dimensão coletiva com a/os usuárias/os, por meio dos saberes quilombolas, e de suas oralidades, organizações sociais e políticas, perspectivas emancipatórias e de seus projetos societários.

### **3.3 O compromisso ético-político do Serviço Social**

Os projetos societários são dotados da dimensão política. Eles manifestam a concepção coletiva de determinados grupos acerca de como as sociedades deveriam ser elaboradas, buscando princípios que as justifiquem e mecanismos que as concretizem. No sistema capitalista, esses projetos representam, indispensavelmente, projetos de classe. Mesmo em uma sociedade democrática, aqueles projetos societários que buscam atender as demandas da classe trabalhadora e daqueles que são inferiorizados, se encontram em conjunturas menos propícias para tornarem-se hegemônicos.

Segundo Paulo Netto (1999, p.4),

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Esses projetos são construídos pela categoria profissional através da organização coletiva e da participação do CFESS/CRESS, da ABEPSS, da ENESSO e de outras formas representativas. Todavia, a categoria profissional é formada por indivíduos singulares, o que leva à concepção de projetos profissionais distintos e a tensionamentos e contraposições, intrínsecos às relações de poder. Portanto, sempre haverá projetos em disputa, mesmo que sejam hegemônicos, existirão outras alternativas.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro, atrelado às lutas sociais presentes no regime ditatorial, e à eclosão dos movimentos sociais e políticos que exigiam reivindicações democráticas, a partir da década de 1980, gerou condições para o Serviço Social se opor ao conservadorismo e assim, dar início a um novo projeto profissional, afirmando sua posição junto à classe trabalhadora empobrecida.

Esse processo não se deu de maneira consensual, mas foi a intensa mobilização do corpo progressista, aliada à Reforma Universitária, na década de 1970, que tornou possível a inserção do pluralismo político na profissão, aproximando-a à outras áreas, teorias e métodos, como a tradição marxista. Nesse contexto, a discussão a respeito da formação profissional adquiriu destaque, refletindo na reforma curricular em 1982. Essas conquistas repercutiram na construção de um novo Código de Ética profissional, em 1986, que ganha ainda mais destaque em 1993, com a sua revisão, incorporando uma maior produção do conhecimento no campo ético.

O Código de Ética (1993), estabeleceu princípios fundamentais para a atuação profissional:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;

X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

A maioria desses princípios que perpassam o trabalho da/o assistente social tem a questão racial como eixo central. Historicamente a população negra foi cerceada de sua liberdade, dos seus direitos e de sua cidadania. Essas condições vexatórias, permaneceram do regime escravista ao democrático, isso significa que a desigualdade e a exploração racial conservaram-se através da ideologia racista, mantendo os negros em posições inferiores.

O Serviço Social tem, portanto, um papel essencial no combate ao racismo e à não invisibilização das comunidades quilombolas, possibilitando a materialização dos princípios do Código de Ética, por meio de ações cotidianas engajadas com a transformação social da ordem vigente, assim como os quilombolas fizeram, resistindo em meio à exploração, à escravização, à tentativa de dominação e à violência.

E mais do que resistir, existiram. Criaram sociabilidades organizadas, mantiveram relações pessoais, cultivaram afetos, se fortaleceram em comunidade, dividiram as terras, manifestaram suas cosmologias enquanto enfrentavam o aparelho repressivo do Estado e das classes dominantes.

A existência das comunidades quilombolas e remanescentes de quilombos, revela que coletivamente é possível lutar contra o sistema capitalista para a

construção de outras formas de sociabilidade, esperando um futuro que não seja pautado nas desigualdades raciais e sociais:

Os negros têm como projeto coletivo a ereção de uma sociedade fundada na liberdade, na justiça, na igualdade e no respeito a todos os seres humanos; uma sociedade cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração econômica e o racismo; uma democracia autêntica, fundada pelos destituídos e deserdados deste país, aos quais não interessa a simples restauração de tipos e formas caducas de instituições políticas, sociais e econômicas [...] Confiamos na inidoneidade mental do negro e acreditamos na reinvenção de nós mesmos e de nossa histórias. Reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida fundado em sua experiência histórica, na utilização do conhecimento crítico e incentivo de suas instituições golpeadas pelo colonialismo e pelo racismo. (NASCIMENTO, 2019, p.288)

Nesse sentido, o projeto societário quilombola vai ao encontro da defesa de outra ordem societária ansiada pelo Serviço Social, baseada no respeito às diferenças e ao próximo, na existência ética, na coletividade, no desenvolvimento das potencialidades humanas e em uma possibilidade de igualdade concreta que discuta a diversidade.

Todavia, é necessário que a categoria profissional assuma mais que a defesa de uma outra ordem societária, uma vez que o fim do sistema capitalista não supõe a exclusão automática da ideologia racista, haja visto que está permeado nas relações sociais, nos meios de comunicação, nos elementos culturais, etc. Por isso, é necessário que o Serviço Social e a sociedade como um todo, adotem práticas antirracistas, de combate à discriminação racial, às invisibilidades das comunidades quilombolas, ao racismo institucional, dentre outras.

As/os profissionais que se mantêm omissos acerca do debate étnico-racial são responsáveis pela manutenção deste sistema capitalista e racista. A opção em não conhecer, nem pautar as lutas e resistências negras, que marcam as existências das comunidades quilombolas e remanescentes de quilombos, corrobora com o discurso acerca da passividade negra e da democracia racial e contribui para o apagamento das insurgências negras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou refletir a respeito da questão étnico-racial, a partir do contexto histórico que levou a formação das sociedades contemporâneas. Sociedades essas que foram pautadas na ideologia racista, que hierarquizou os seres humanos, e organizadas por um aparelho estatal cooptado pelas classes dominantes, que perpetuou as desigualdades raciais. Pode-se afirmar, então, que a questão étnico-racial se apresenta na forma discriminatória da ideologia racista, forjada pelo empreendimento colonial e pela escravização.

A violência pretérita se manifesta atualmente nas condições materiais de vida da população negra, por meio do não acesso às políticas sociais, da invisibilidade, dos ataques contra as comunidades quilombolas, etc. Contudo, a questão étnico-racial também ecoa-se na insurgência negra e na sua luta pela liberdade, pela reivindicação da humanidade, pelo posicionamento contra o sistema colonial, etambém capitalista.

A população negra também foi protagonista de sua história, mesmo diante da tentativa das classes dominantes de a sujeitarem. A liberdade foi e permanece sendo reivindicada na busca pelo direito de existir, de não ser discriminada/o, de ter os seus direitos sociais garantidos, de não ser violentada/o, de se desvencilhar da dor para também poder pautar a resistência.

O Serviço Social ainda se mantém distante da questão étnico-racial. Permanecer calada/o diante da questão étnico-racial significa perpetuar a ideologia racista ou a invisibilidade da luta negra. O não posicionar-se é um posicionamento, o silêncio conota concordância com um sistema genocida, construído através de hierarquias raciais que apaga a existência negra e quilombola, tanto materialmente, quanto imageticamente.

É preciso enxergar a questão étnico-racial no seu âmago, encarar sua feição violenta e brutal e afrontar os privilégios raciais que a mantém de pé, sem desconsiderar as resistências nela contida. Olhar para o passado é fundamental para lutar por um presente menos desigual, e vislumbrar um futuro sem dominação e exploração.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. D. SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES RACIAIS: caminhos para uma sociedade sem classes. **Temporalis**, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 311–333, 2015. DOI: 10.22422/2238-1856.2015v15n29p311-333. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7182>. Acesso em: 17 mar. 2022.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 256 p.

ALVES, Daniel Tadeu. A relação estrutural entre capitalismo e racismo: o genocídio da população negra enquanto projeto societário. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 1-20, 21 maio 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22787>. Acesso em: 28 mar. 2022.

A Redenção de Cam. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: [http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam\\_](http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam_) Acesso em: 25 de novembro de 2022. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 – Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.**

BRASIL. **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003 – Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas**. Disponível em: <http://conaq.org.br/>. Acesso em: 13 fev. 2022.

CUNHA, Angely Dias da; AGUIAR, Ariadna Nunes. Aspectos do conservadorismo higienista no Serviço Social clínico. **Libertas**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 328-350, 15 dez. 2020. Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://dx.doi.org/10.34019/1980-8518.2020.v20.31729>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/31729>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre Colonialismo. São Paulo: Editora Veneta, vol 1, 2020.

CHAUÍ, Marilena. **O ser humano é um ser social**. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes Ltda., 2013. 143 p.

Código de ética Profissional. **Conselho Federal de Serviço Social**, Brasília, março de 1993.

DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. 1 ed. São Paulo: Jandaíra, 2020. 168 p.

D'SALETE, Marcelo. **Angola Janga**: uma história de palmares. 1 ed. São Paulo: Veneta, 2017. 432 p.

EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 133, p. 515-529, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.157>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/M6LN5kSVxDzLNYWtkTxqvBc/?lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 413 p.

FONTELLA, Leandro Goya; MEDEIROS, E Elisabeth Weber. Revolução Haitiana:: o medo negro assombra a américa. **Disc. Scientia**, [S.I.], v. 8, n. 1, p. 59-70, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/1669/1574>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FONSÊCA, H. J.; SILVA, Z. P. QUILOMBOS: escravidão e resistência. **ODEERE**, [S.I.], v. 5, n. 9, p. 234-250, 2020. DOI: 10.22481/odeere.v5i9.6573. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/6573>. Acesso em: 14 jun. 2022.

GIAQUETO, Adriana. **A dimensão educativa no trabalho social**: exercícios de reflexão. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. 200 p.

Global Witness. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/all-countries-and-regions/brazil/>. Acesso em> 17 jun. 2022.

Gomes, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1 ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015 (Coleção Agenda Brasileira). 240 p.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 514-522, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514>.

GYASI, Yaa. **O caminho de casa**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017. 447 p.

hooks, bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Elefante, 2019. 448 p.

hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020. 288 p.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica**. 10. ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2003.

LOPES, Josefa Batista; ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Estratégias de intervenção em serviço social na perspectiva emancipatória na atual fase do capitalismo. **Revista de Trabajo Social**: Josefa Batista Lopes, [S.l.], v. 13, p. 6-18, jun. 2015. Disponível em:  
<https://revistaplazapublica.files.wordpress.com/2016/04/13-1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MARTINS, Eliane Maria Jeronimo. **Alguns aspectos da criminalização da população negra na sociedade brasileira**. 2018. 52 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2018. Disponível em:  
<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12315/TCC%20ELIANE%20MARIA%20JERONIMO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993. 94 p.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. 320 p.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. 232 p.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2019. 390 p.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos.** 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 272 p.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

OPERÁRIOS. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra1635/operarios>. Acesso em: 27 de outubro de 2022. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 949-969, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2008000300014>.

Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil. 2018. Brasília. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e Terra de Direitos.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo":** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521. Acesso em: 2022-11-17.

SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, Quilombos e Palmares: **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, p. 61-88, 01 dez. 1987. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/157408#:~:text=Os%20mocambos%20muitas%20vezes%20misturaram,com%20a%20hist%C3%B3ria%20de%20Palmares>. Acesso em: 03 fev. 2022.

SIQUEIRA, L. A pobreza como "disfunção social": a culpabilização e a criminalização do indivíduo. **Argumentum**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 240–252, 2014. DOI: 10.18315/argumentum.v6i1.6032. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/6032>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o serviço social. **Revista em Pauta**, [S.L.], v. 18, n. 46, p. 52-67, 8 jul. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/rep.2020.52007>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52007>. Acesso em: 10 fev. 2022.